

**Ata n.º 6/2013**  
**do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa**

No dia 26 de junho de 2013, pelas 15h10, teve início a reunião do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com a ordem de trabalhos que se anexa (Doc.1).

Estiveram presentes os Professores Doutores: Marcelo Rebelo de Sousa, Miguel Teixeira de Sousa, Eduardo Paz Ferreira, Pedro Romano Martinez, que presidiu, Pedro Pais de Vasconcelos, José Duarte Nogueira, Eduardo Vera-Cruz Pinto, Fernando Araújo, Dário Moura Vicente, Maria do Rosário Palma Ramalho, Eduardo Santos Júnior, Maria Luísa Duarte, Jorge Duarte Pinheiro, David Duarte, José Melo Alexandrino, Luís Bonifácio Ramos, Miguel Moura e Silva, Sílvia Alves, que secretariou, e Rute Saraiva.

Justificaram a sua ausência os Professores Doutores Fausto de Quadros, Paulo Otero, Luís de Lima Pinheiro, Paula Costa e Silva, Vasco Pereira da Silva e Luís Morais.

Participaram também na reunião a Professora Doutora Isabel Banond, que substituiu o Professor José Duarte Nogueira quando este se ausentou, e Elsa Oliveira, membro da comissão de Estudos Pós-Graduados.

**Antes da ordem do dia**

O Presidente informou o Conselho sobre o teor da reunião do Conselho Científico em formação de catedráticos, tendo dado conhecimento dos vários pedidos de licença sabática e de dispensa de serviço docente apresentados para o próximo ano letivo e cuja concreta verificação será efetuada na próxima reunião.

O Conselho aprovou unanimemente um voto de pesar pelo falecimento do Professor Doutor Rogério Guilherme Ehrhardt Soares.

O Conselho aprovou unanimemente um voto de pesar pelo falecimento do Professor Doutor João Pinto e Castro, membro do Conselho Consultivo.

**1. Aprovação da ata da reunião anterior**

Esclarecidas as questões colocadas pelo Professor David Duarte, a Ata nº 5/2013, relativa à reunião de 29 de maio, foi aprovada.

**2. Reforma dos mestrados e doutoramentos**



Considerando o amplo debate a que o Conselho havia procedido, assim como o esforço de convergência das várias propostas que se lhe seguiu, o Presidente sumariou os vários pontos sobre os quais o Conselho se devia pronunciar, identificados pelo Professor Luís de Lima Pinheiro, representado na sua ausência pela Professora Elsa Oliveira, em documento oportunamente divulgado (Doc.2) e completado pela mensagem do Professor Miguel Moura e Silva (Doc.3).

Antes da votação, pronunciaram-se os Professores Rute Saraiva, que chamou a atenção para a conexão dos vários pontos em análise com a definição do “*numerus clausus*”; Miguel Teixeira de Sousa, que reiterou a importância de se proceder a uma reforma global e coerente e de se perspetivar o impacto várias alterações propostas; Miguel Moura e Silva, que lembrou o objetivo e o sentido das suas propostas, distribuindo novo “Mapa comparativo” (Doc.4); Pedro Pais de Vasconcelos, que, sem prejuízo da necessidade de uma reforma, reconheceu a qualidade dos mestrados oferecidos; Luís Bonifácio Ramos, que entendeu estar qualquer modelo de reforma comprometido sem resolver os problemas administrativos; Eduardo Vera-Cruz Pinto, que, enquanto Diretor, explicou o esforço realizado no sentido de resolver tais problemas; e Elsa Oliveira, que procurou saber em que termos se poderá operar o aumento da carga letiva e a substituição da dissertação por um relatório de estágio.

O Presidente do Conselho esclareceu as questões colocadas e submeteu a votação as várias propostas relativas ao mestrado de vocação profissionalizante.

O Conselho deliberou – com 10 (dez) votos a favor, 2 (dois) votos contra e 4 (quatro) abstenções – que o tempo letivo de cada unidade curricular do curso de especialização será aumentado de duas para quatro horas semanais, podendo ser integrado por seminários “ad hoc”.

O Conselho deliberou – com 9 (nove) votos a favor, 3 (três) votos contra e 5 (cinco) abstenções – reduzir a fase de elaboração do trabalho final a um semestre, atribuindo deste modo maior peso ao curso de especialização do mestrado de vocação profissionalizante, que passará a ter a duração global de três semestres.

O Conselho deliberou – com 10 (dez) votos a favor, 4 (quatro) votos contra e 3 (três) abstenções – que o trabalho final do mestrado de vocação profissionalizante pode consistir tanto numa dissertação como num relatório de estágio, em função da disponibilidade de vagas ao abrigo de protocolos a celebrar pela Faculdade.

A comissão presidida pelo Professor Luís de Lima Pinheiro, Coordenador dos Estudos Pós-Graduados, definirá o processo e os meios de concretização das deliberações do Conselho, que serão apresentados na próxima reunião.

O Professor José Melo Alexandrino sugeriu a clarificação do ponto 5 das “Grandes opções científicas relativas à reforma do mestrado e do doutoramento”, relativo à nomeação pelo Conselho de um Professor coordenador de cada “área de especialização”, que o Presidente do Conselho esclareceu referir-se às quatro áreas correspondentes aos vários grupos científicos.

O Professor Marcelo Rebelo de Sousa lembrou que, de acordo com as exigências da avaliação externa, a equipa de coordenação dos mestrados deve ser diferenciada da equipa de coordenação dos doutoramentos.



A Professora Rute Saraiva transmitem o pedido do Professor Luís de Lima Pinheiro, no sentido de os vários grupos científicos refletirem sobre a reestruturação curricular, de modo a racionalizar recursos e equilibrar a oferta de áreas de especialização e de disciplinas, nos mestrados científicos e nos mestrados de vocação profissionalizante.

### **3. Doutoramento e pós-doutoramento**

#### **a) Admissão a doutoramento e pós-doutoramento**

O Conselho admitiu a doutoramento Nélia Teixeira Rodrigues, na área de Ciências Jurídico-Políticas, com o tema “As Parcerias Público-Privadas no Setor da Saúde e o Estudo do Caso do Hospital Fernando Fonseca” e sob a orientação da Professora Doutora Ana Neves.

O Conselho admitiu a doutoramento Rafael Viola, na área de Ciências Jurídico-Civis, com o tema “O princípio da causalidade na sociedade de risco” e sob a orientação do Professor Doutor António Menezes Cordeiro.

O Conselho admitiu a doutoramento Roziméri Aparecida Rigon Pedroso, na área de Ciências Jurídico-Criminais, com o tema “Entre a lei e a prática das medidas tutelares educativas” e sob a orientação do Professor Doutor Paulo Sousa Mendes.

O Conselho admitiu a doutoramento Adisson Taveira Rocha Leal, na área de Ciências Jurídico-Civis, com o tema “*Status personae*: a personalidade jurídica ontem e hoje” e sob a orientação do Professor Doutor José de Oliveira Ascensão.

O Conselho admitiu a doutoramento Álvaro Roberto Antanavicius Fernandes, na área de Ciências Jurídico-Criminais, com o tema “O exame da prova genética em uma dupla face: a (teórica e pretendida) reconstrução da verdade absoluta a partir da coleta de DNA e ainda a (suposta) obrigatoriedade do sujeito passivo em colaborar com a produção da prova” e sob a orientação do Professor Doutor Paulo de Sousa Mendes.

O Conselho admitiu a doutoramento André Mauro Lacerda Azevedo, na área de Ciências Jurídico-Criminais, com o tema “O *Harm Principle* e a legitimidade político-criminal do Direito Penal contemporâneo: fundamentos, validade e limites da (neo)criminalização” e sob a orientação do Professor Doutor Augusto Silva Dias.

O Conselho admitiu a doutoramento César Augusto Mimoso Ruiz Abreu, na área de Ciências Jurídico-Políticas, com o tema “Constitucionalização do Princípio da Eficiência e o Controle dos Tribunais” e sob a orientação do Professor Doutor Jorge Miranda.



O Conselho admitiu a doutoramento Denis Andrade Sampaio Junior, na área de Ciências Jurídico-Criminais, com o tema “Argumentação das partes como ato não acidental e a sua influência na decisão penal: possível rediscussão sobre o princípio do livre convencimento judicial” e sob a orientação do Professor Doutor Paulo Sousa Mendes.

O Conselho admitiu a doutoramento Flávio Macedo Freire, na área de Ciências Histórico-Jurídicas, com o tema “*Interpretatio Iuris*: a realização do direito e a dimensão tópico-retórica do discurso jurídico na atualidade” e sob a orientação da Professora Doutora Sílvia Alves.

O Conselho admitiu a doutoramento Giuliana Borges Assumpção Gattass, na área de Ciências Jurídico-Empresariais, com o tema “Comércio Eletrónico” e sob a orientação do Professor Doutor José de Oliveira Ascensão.

O Conselho admitiu a doutoramento Gustavo Hofstaetter Tramujas, na área de Ciências Jurídico-Internacionais, com o tema “A participação do cidadão nos processos de integração regional: União Europeia, um modelo a ser seguido pelo Mercosul?” e sob a orientação do Professor Doutor Fausto de Quadros.

O Conselho admitiu a doutoramento Leonardo Rosa Melo da Cunha, na área de Ciências Jurídico-Criminais, com o tema “A pena privativa de liberdade” e sob a orientação do Professor Doutor Augusto Silva Dias.

O Conselho admitiu a doutoramento Maurício Zanotelli, na área de Ciências Jurídico-Políticas, com o tema “Teoria da Improbidade Política” e sob a orientação do Professor Doutor Jorge Miranda.

O Conselho admitiu a doutoramento Melissa Cabrini Morgato, na área de Ciências Jurídico-Políticas, com o tema “A atribuição de dignidade humana ao embrião excedentário no cenário eurocomunitário: uma perspetiva jurídica crítica” e sob a orientação da Professora Doutora Maria Luísa Duarte.

O Conselho admitiu a doutoramento Orlando Faccini Neto, na área de Ciências Jurídico-Criminais, com o tema “A Constituição Penal: aportes hermenêuticos para uma teoria do crime constitucionalmente adequada” e sob a orientação da Professora Doutora Maria Fernanda Palma.

O Conselho admitiu a doutoramento Osvaldo Ferreira de Carvalho, na área de Ciências Jurídico-Políticas, com o tema “A eficácia dos direitos fundamentais no âmbito das relações jurídicas entre particulares” e sob a orientação do Professor Doutor Jorge Miranda.

O Conselho admitiu a doutoramento Patrícia Fontanella, na área de Ciências Jurídico-Civis, com o tema “Da possibilidade de aplicação da figura do abuso de direito no Direito da Família” e sob a orientação do Professor Doutor Jorge Duarte Pinheiro.

O Conselho admitiu a doutoramento Paulo Rogério Marques de Carvalho, na área de Ciências Jurídico-Políticas, com o tema “Proteção aos direitos sociais trabalhistas em um estado de exceção económico-social” e sob a orientação do Professor Doutor Fernando Araújo.

O Conselho admitiu a doutoramento Sara Mafalda de Anjos Rodrigues, na área de Ciências Jurídico-Criminais, com o tema “A proteção do indivíduo que denuncia à Autoridade da Concorrência práticas restritivas da empresa a que se encontra vinculado” e sob a orientação do Professor Doutor Paulo Sousa Mendes.

O Conselho admitiu a doutoramento Vera Letícia de Vargas Stein, na área de Ciências Jurídico-Civis, com o tema “Ónus da prova – distribuição dinâmica e iniciativa probatória do juiz” e sob a orientação da Professora Doutora Paula Costa e Silva.

De acordo com a deliberação de 24 de outubro de 2012 (Ata n.º 9/2012), o Conselho admitiu a doutoramento Liriam Kiyomi Tiujo Delgado, na área de Ciências Jurídico-Económicas, com o tema “O Tratamento Nacional no Acordo Geral sobre Comércio de Serviços: Parâmetros Jurídicos e Barreiras para a sua Aplicação” e sob a orientação do Professor Doutor Luís Moraes.

Considerando os pareceres de vários Professores e, em particular, o *curriculum* do candidato, o Conselho deliberou, a título excepcional, admitir a doutoramento João Manuel Francisco, na área de Ciências Jurídico-Políticas, com o tema “A aplicabilidade Direta dos Direitos, Liberdades e Garantias na Constituição Angolana de 2010” e sob a orientação do Professor Doutor Jorge Miranda.

O Conselho deferiu o requerimento em que Paulo Roberto Roque Antonio Khouri, admitido à preparação de dissertação de doutoramento, na área das Ciências Jurídicas, com o tema “O Direito à Informação e o Risco Contratual” e sob orientação do Professor e sob orientação do Professor Doutor Pedro Romano Martínez, pede a designação do Professor Otávio Luiz Rodrigues Junior como Co-Orientador.

De acordo com a orientação geral definida pelo Conselho, a designação de um Co-Orientador não implica a respetiva presença no júri das provas do candidato.

O Conselho tomou conhecimento do requerimento em que Nuno Tiago da Silva Marques Aureliano, admitido a doutoramento com o tema “A posse e o título aquisitivo”, pede alteração do título da dissertação para “O registo predial e o título aquisitivo”, nada tendo a opor.



O Conselho tomou conhecimento, nada tendo a opor, do requerimento em que Anete Marques Penna de Carvalho pede a prorrogação do prazo para entrega da tese de doutoramento por um ano.

O Conselho tomou conhecimento, nada tendo a opor, do requerimento em que Frederico Jorge Gouveia de Melo pede a prorrogação do prazo para entrega da tese de doutoramento por um ano.

O Conselho tomou conhecimento, nada tendo a opor, do requerimento em que Augusto Fernandes pede a prorrogação do prazo para entrega da tese de doutoramento por um ano.

O Conselho tomou conhecimento, nada tendo a opor, do requerimento em que Miguel Sousa Ferro pede a prorrogação do prazo para entrega da tese de doutoramento por um ano.

O Conselho tomou conhecimento, nada tendo a opor, do requerimento em que Lenilma Cristina Sena de Figueiredo Meirelles pede a prorrogação do prazo para entrega da tese de doutoramento por seis meses.

O Conselho deferiu o requerimento em que Óscar Ivan Prux, admitido a pós-doutoramento, com o tema “A Regulação (por Agências Reguladoras ou Entidades Administrativas Independentes) e Desenvolvimento. Seus Reflexos para a Livre Iniciativa, a Concorrência Empresarial e a Proteção dos Consumidores”, sob orientação do Professor Doutor Paulo Sousa Mendes, pede a designação da Professora Doutora Paula Vaz Freire como Co-Orientadora.

### **b) Constituição de júris**

O Conselho aprovou a constituição do júri das provas de doutoramento de Adriano Marteleto Godinho, que apresentou a dissertação de doutoramento intitulada “Limitações voluntárias dos direitos de personalidade no ordenamento jurídico brasileiro: em especial, os direitos à vida e à integridade física”, integrado pelos Professores Doutores: José de Oliveira Ascensão (Orientador); Fausto de Quadros; Luís de Lima Pinheiro; Pedro Pais de Vasconcelos; Maria do Rosário Palma Ramalho; João Loureiro (Universidade de Coimbra); e Rita Lobo Xavier (Universidade Católica do Porto).

O Conselho aprovou a constituição do júri das provas de doutoramento de João Mendes Pereira, que apresentou a dissertação de doutoramento intitulada “Direito Comunitário Material e Integração Sub-regional: Contributo para o Estudo das Mutações no Processo da Integração Económica e Monetária na África Ocidental” ”, integrado pelos Professores Doutores: Eduardo

Paz Ferreira (Orientador); Fernando Araújo; Maria Luísa Duarte; Luís Morais; Ana Paula Dourado; António Goucha Soares (ISEG); e Nuno Piçarra (Universidade Nova).

O Conselho aprovou a constituição do júri das provas de doutoramento de António Manuel Barreto Espadinha de Menezes Cordeiro, que apresentou a dissertação de doutoramento intitulada “*Do Trust no Direito Civil*”, integrado pelos Professores Doutores: Miguel Teixeira de Sousa; Pedro Romano Martinez (Orientador); Pedro Pais de Vasconcelos; Fernando Araújo; Dário Moura Vicente; Maria do Rosário Palma Ramalho; António Pinto Monteiro (Universidade de Coimbra); e Paulo Mota Pinto (Universidade de Coimbra).

O Conselho aprovou a constituição do júri das provas de Iracema Rebeca de Medeiros Fazio, que apresentou a dissertação de doutoramento intitulada “*A Cópia Privada e o Download de Obra Protegida*”, integrado pelos Professores Doutores: Luís Menezes Leitão; Dário Moura Vicente; Pedro de Albuquerque; José Alberto Vieira (Orientador); Jorge Reis Novais; João Remédio Marques (Universidade de Coimbra); e Alexandre Libório Dias Pereira (Universidade de Coimbra).

O Conselho aprovou a constituição do júri das provas de Cledi de Fátima Manica Moscon, que apresentou a dissertação de doutoramento intitulada “*Igualdade e Dispensas Fiscais Retroativas: O problema constitucional em especial das anistias fiscais*”, integrado pelos Professores Doutores: Marcelo Rebelo de Sousa; Fausto de Quadros; Paulo Otero (Orientador); Vasco Pereira da Silva; Ana Paula Dourado; José Casalta Nabais (Universidade de Coimbra); e João Caupers (Universidade Nova).

O Conselho aprovou a constituição do júri das provas de Carlos Roberto Galvão Galvão Barros, que apresentou a dissertação de doutoramento intitulada “*Os Direitos Humanos no Contexto Internacional. Aplicabilidade das Normas Jusfundamentais no Espaço*”, integrado pelos Professores Doutores: Marcelo Rebelo de Sousa; Fausto de Quadros; Paulo Otero (Orientador); Eduardo Vera-Cruz Pinto; Carlos Blanco de Moraes; João Loureiro (Universidade de Coimbra); e Jónatas Machado (Universidade de Coimbra).

O Conselho adiou a constituição do júri das provas de Ramiro Cristóvão Pereira, que apresentou a dissertação intitulada “*Responsabilidade Tributária Subsidiária dos Administradores das Sociedades em Portugal e na União Europeia*”.

O Professor Eduardo Vera-Cruz Pinto tomou a palavra para, não obstante votar favoravelmente a composição dos júris constituídos, defender, como sempre fez, a aplicação de um princípio de rotatividade quanto à formação de júris das provas de doutoramento, tornando efetiva a sucessiva presença dos vários Grupos científicos, em homenagem à unidade da Escola e dos saberes jurídicos.

## **5. Mestrado (constituição de júris)**

O Conselho apreciou o conjunto de documentos preparados pelo Gabinete de Estudos Pós-Graduados para a reunião de 29 de maio, em que se adiou este ponto da ordem de trabalhos, e de 26 de junho.

O Conselho aprovou os júris dos cursos de “Mestrado em Direito – Área de Especialização em Concorrência e Regulação” (Doc.5); “Mestrado em Direito – Área de Especialização em Economia e Análise Económica do Direito” (Doc.6); “Mestrado em Direito – Área de Especialização em Ciências Jurídicas” (Doc.7); “Mestrado em Direito – Área de Especialização em Direito Bancário e dos Seguros” (Doc.8); “Mestrado em Direito – Área de Especialização em Ciências Jurídico-Criminais” (Doc.9); “Mestrado em Direito – Área de Especialização em Direito Intelectual” (Doc.10); “Mestrado em Direito – Área de Especialização em Direito Comercial” (Doc.11); “Mestrado em Direito – Área de Especialização em Direito Internacional Económico e Integração Europeia” (Doc.12); “Mestrado em Direito – Área de Especialização em Políticas Públicas e Federalismo Financeiro” (Doc.13); “Mestrado em Direito – Área de Especialização em Ciências Jurídico-Internacionais (Científico)” (Doc.14); “Mestrado em Direito – Área de Especialização em Direito Administrativo (Científico)” (Doc.15); e “Mestrado em Direito – Área de Especialização em Ciência Política (Científico)” (Doc.16).

O Conselho aprovou os júris dos cursos de “Mestrado em Direito Administrativo (profissionalizante)” (Doc.17); e de “Mestrado em Direito – Área de Especialização em Direito Constitucional (Científico)” (Doc.18).

O Conselho aprovou as modificações de júris dos cursos de Mestrado em “Ciências Jurídico-Forenses” (Doc.19); “Ciências Jurídico-Criminais” (Doc.20); em “Ciências Jurídico-Económicas” (Doc.21).

O Conselho aprovou as modificações de júris dos cursos de Mestrado em “Ciências Jurídico-Forenses” (Doc.22).

O Conselho deferiu os requerimentos em que se pede alteração do tema de dissertação de mestrado, de acordo com o documento elaborado pelo Gabinete de Estudos Pós-Graduados (Doc.23).

O Conselho deferiu os requerimentos em que se pede alteração do tema de dissertação e mudança de Professor Orientador, de acordo com o documento elaborado pelo Gabinete de Estudos Pós-Graduados (Doc.24).

O Conselho aprovou as listas de candidatos à elaboração da dissertação (“pedidos extemporâneos”), de acordo com o documento elaborado pelo Gabinete de Estudos Pós-Graduados (Docs.25 e 26).

O Conselho aprovou a lista de candidatos à elaboração da dissertação no âmbito dos “Mestrados Profissionalizantes Pré e Pós-Bolonha”, “que concluíram a parte escolar no 1.º semestre do ano letivo 2012/2013” (Doc.27).

O Conselho aprovou a lista de candidatos à elaboração da dissertação no âmbito do “Mestrado Científico (1.ª Turma ESMAPE)” (Doc.28).

## **5. Pós-Graduação**

O Conselho não tratou este ponto da ordem de trabalhos.

## **6. Distribuição do serviço docente**

O Presidente informou o Conselho do pedido de autorização de contratação de assistentes-convidados dirigido ao Reitor, atendendo às necessidades urgentes de distribuição do serviço docente.

## **7. Comissão de avaliação de docentes**

O Professor Eduardo Santos Júnior, membro da Comissão de Avaliação de Docentes, apresentou ao Conselho a versão final do “Projeto de Regras para Avaliação do Desempenho dos Docentes da Faculdade de Direito”, aprovado na generalidade na reunião de 29 de maio, acolhendo as sugestões então formuladas.

O Professor José Melo Alexandrino pronunciou-se sobre as alterações introduzidas, a que deu o seu apoio, agradecendo a disponibilidade para receber as várias sugestões.

O Conselho aprovou o “Projeto de Regras para Avaliação do Desempenho dos Docentes da Faculdade de Direito” (Doc.29).

O Conselho aprovou, por proposta do Professor Marcelo Rebelo de Sousa, um voto de louvor ao Professor Eduardo Santos Júnior pelo trabalho desenvolvido na elaboração do Regulamento de Avaliação de Docentes.

## **8. Regulamento de avaliação**

Considerando o debate realizado na reunião de maio sobre a proposta de Regulamento de Avaliação elaborada pelo Conselho Pedagógico, que se encontrava em discussão pública, o Presidente considerou ser o momento para o Conselho Científico se pronunciar. Tomaram então



a palavra os Professores Marcelo Rebelo de Sousa, Jorge Duarte Pinheiro e Maria do Rosário Palma Ramalho.

O Conselho deliberou emitir parecer globalmente favorável à proposta de Regulamento de Avaliação elaborada pelo Conselho Pedagógico.

O Professor Miguel Teixeira de Sousa informou que apresentaria a sua declaração de voto (Doc.30), oportunamente divulgada.

O Conselho debateu depois o eventual aditamento de concretas considerações ao parecer em que se pronuncia sobre a proposta de Regulamento de Avaliação. Pronunciaram-se, além do Presidente do Conselho e do Diretor, os Professores Marcelo Rebelo de Sousa, Pedro Pais de Vasconcelos, Eduardo Paz Ferreira, Maria Luísa Duarte, David Duarte, José Melo Alexandrino e Maria do Rosário Palma Ramalho.

O Conselho deliberou expressar o parecer segundo o qual deverá ser promovido o acompanhamento e a reavaliação do Regulamento de Avaliação que venha a ser aprovado pelo Conselho Pedagógico; ou consagrado o deferimento da sua entrada em vigor para o ano letivo de 2014/2015.

## **9. Nomeações definitivas**

Os membros do Conselho com a categoria de Professor Auxiliar e sem nomeação definitiva não participaram neste ponto da ordem de trabalhos.

O Conselho aprovou o Parecer subscrito pelos Professores António Menezes Cordeiro e Miguel Teixeira de Sousa onde se conclui que a Professora Adelaide Menezes Leitão deve ser contratada por tempo indeterminado (Doc.31).

Declarando-se impedido, o Professor David Duarte não participou na deliberação.

O Conselho aprovou o Parecer subscrito pelos Professores António Menezes Cordeiro e Miguel Teixeira de Sousa onde se conclui que o Professor Rui Pinto deve ser contratado por tempo indeterminado (Doc.32).

O Professor Eduardo Vera-Cruz Pinto deu a sua expressa aprovação ao parecer, sublinhando o trabalho desenvolvido pelo Professor Rui Pinto.

O Conselho aprovou o Parecer subscrito pelos Professores Eduardo Paz Ferreira e Fernando Araújo onde se conclui que o Professor Carlos Lobo deve ser contratado por tempo indeterminado (Doc.33).

O Conselho aprovou o Parecer subscrito pelos Professores Eduardo Paz Ferreira e Fernando Araújo onde se conclui que o Professor José Renato Gonçalves deve ser contratado por tempo indeterminado (Doc.34).

O Professor Eduardo Vera-Cruz Pinto deu a sua expressa aprovação ao parecer, sublinhando o trabalho desenvolvido pelo Professor José Renato Gonçalves.

## **10. Equivalências**

O Conselho aprovou o pedido de equivalência de licenciatura requerido por Elizete Galindo e Tatiana da Silva Francisco, sem classificação (Doc.35).

## **11. Relações internacionais**

Na ausência do Professor Vasco Pereira da Silva, Coordenador do Gabinete Erasmus, que se encontrava no estrangeiro ao serviço da Faculdade, o Presidente informou o Conselho, a seu pedido, da publicação do livro “The Accession of the European Union to the ECHR. The impact on the protection of fundamental rights in Europe” (Doc.36), que reúne as atas do VIII congresso da SIPE (*Societas Iuris Publici Europaei*).

O Conselho sugeriu a aquisição da obra ao Professor Bibliotecário, Professor Miguel Teixeira de Sousa.

## **12. Cooperação**

O Professor Dário Moura Vicente, Presidente do Instituto de Cooperação Jurídica, submeteu ao Conselho: o programa do Congresso da *Internacional Law Association*, iniciativa já aprovada e que pela primeira vez terá lugar em Portugal (Doc.37); e o “I Curso de Pós-Graduação em Direito dos Contratos (civis, bancários, seguros, públicos e internacionais). Em parceria entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e o Instituto Superior de Ciências Sociais e Jurídicas de Cabo Verde” (Doc.38). O Conselho aprovou as propostas.

O Professor Eduardo Vera-Cruz Pinto, Diretor da Faculdade, deu breve nota ao Conselho do sucesso do congresso internacional “O Direito Comum de Língua Portuguesa na Era da Globalização”, que decorreu em maio, e recordou que em setembro será realizado o colóquio “Portugal, Europa e Globalização Jurídica”, também integrado no programa das comemorações do Centenário da Faculdade.

Considerando as alterações legislativas perspetivadas para os cursos pós-graduados, o Conselho aguardará as referidas alterações, de modo a adotar os critérios normativos necessários ao processo de acreditação, abandonando assim a discussão sobre a abertura de turmas do curso de mestrado oferecido pela Faculdade no contexto dos contatos estabelecidos com várias Escolas Superiores de Magistratura do Brasil, colocada na última reunião pelo Professor Fernando Araújo, Presidente do Instituto do Direito Brasileiro, que se havia ausentado durante o ponto 6 da ordem de trabalhos.

## **13. Conselho Consultivo**



O Conselho convidará o Dr. José da Cunha Rodrigues e o Dr. Henrique Granadeiro para integrar o Conselho Consultivo da Faculdade, completando assim o elenco das cinco personalidades de reconhecido mérito, externas à Faculdade, designadas pelo Conselho Científico.

#### **14. Pessoal**

O Professor Eduardo Paz Ferreira ausentou-se quando se iniciou este ponto da ordem de trabalhos.

O Conselho tomou conhecimento do requerimento em que o Professor João Miranda, pede a acumulação de funções com a Escola de Direito do Porto da Universidade Católica, onde prestará o serviço docente de coordenador científico do seminário de Direito da Água no curso de mestrado em Direito, nada tendo a opor.

O Conselho tomou conhecimento do requerimento em que Madalena Paz Ferreira Perestrelo de Oliveira pede a acumulação de funções docentes com as funções de consultora na Direção Geral da Política de Justiça, nada tendo a opor.

O Conselho deferiu o requerimento em que António Egredas Leitão Amaro, tendo sido nomeado Secretário de Estado da Administração Local, pede a suspensão do seu contrato de assistente convidado.

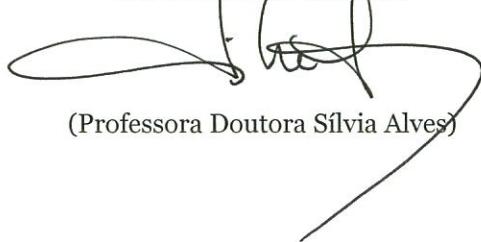
O Presidente do Conselho despediu-se de todos os presentes e deu por terminada a reunião pelas 17.40h.

O Presidente do Conselho



(Professor Doutor Pedro Romano Martinez)

A Secretaria do Conselho

  
(Professora Doutora Sílvia Alves)



Exmo(a). Senhor(a)

Prof.(a) Doutor(a)

Tenho a honra de convidar V. Exa. para a Reunião do Conselho Científico, que terá lugar no próximo dia 26 de junho, quarta-feira, às 15h, na sala do Conselho Científico, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação da ata da reunião anterior;
2. Reforma dos mestrados e doutoramentos;
3. Doutoramento e pós-doutoramento:
  - a) Admissão a doutoramento e pós-doutoramento;
  - b) Constituição de júris;
4. Mestrado (constituição de júris);
5. Pós-graduação;
6. Distribuição serviço docente;
7. Comissão de avaliação de docentes;
8. Regulamento de avaliação;
9. Nomeações definitivas;
10. Equivalências;
11. Relações internacionais;
12. Cooperação;
13. Conselho consultivo;
14. Pessoal.

Lisboa, 20 de junho de 2013

O Presidente do Conselho Científico

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Pedro Romano Martinez".

Pedro Romano Martinez

## GRANDES OPCÕES CIENTÍFICAS RELATIVAS À REFORMA DO MESTRADO E DO DOUTORAMENTO

17 de junho de 2013

A reforma a empreender deve respeitar as deliberações que foram tomadas pelo Conselho Científico no ano passado, bem como o sentido das orientações subjacentes.

Assim, designadamente, deve manter-se o dualismo dos mestrados, com a oferta de um mestrado de vocação profissionalizante, mais dirigido à preparação para o exercício de profissões jurídicas, e um mestrado de vocação científica, mais dirigido ao desenvolvimento de capacidades de investigação e elaboração científicas.

Para permitir a comunicabilidade das disciplinas optativas dentro de cada um destes cursos e diminuir os custos de acreditação e avaliação, devem ser acreditados apenas dois mestrados, cada um deles com várias áreas de especialização, que serão designados “Mestrado em Direito e Prática Jurídica” e “Mestrado em Ciência do Direito”.

O dualismo dos mestrados deve referir-se, no mínimo, às condições de acesso, modo de funcionamento do curso de especialização e avaliação no curso de especialização.

A reforma deve ter presente a preocupação de suprir deficiências no funcionamento do mestrado e, em especial, de conferir maior credibilidade e prestígio ao mestrado de vocação profissionalizante.

O curso de doutoramento deve, em princípio, funcionar em espelho com o curso de mestrado de vocação científica.

A regulamentação dos mestrados e do doutoramento deve constar de um regulamento único, baseado no Regulamento de Estudos Pós-Graduados da Universidade de Lisboa, nas grandes opções científicas definidas pelo Conselho Científico e nas suas deliberações genéricas na matéria. Este regulamento deve constituir a matriz dos regulamentos que, por exigência da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, serão elaborados para cada ciclo de estudos.

Como outros vetores da reforma do mestrado são de salientar:

1. O equilíbrio entre a oferta de áreas de especialização e disciplinas, bem como de recursos docentes afetos a ambos os mestrados, que envolve um reforço da oferta e dos recursos afetos ao mestrado de vocação profissionalizante.

2. A flexibilidade na organização pelos professores regentes do modo de funcionamento e avaliação do curso de especialização, designadamente de modo a permitir o ajustamento ao número de alunos da disciplina e a lecionação de aulas por especialistas externos. Possibilidade de atribuição de co-regências a especialistas externos.

3. A lecionação da disciplina de introdução à metodologia da investigação científica em ambos os mestrados e no doutoramento (opcionalmente para os alunos que tenham realizado a disciplina no mestrado).

[ALTERNATIVA A] 4. As regras referentes ao acesso, preparação e defesa da dissertação deverão ser tendencialmente unitárias, uma vez que ambos os mestrados conduzem a um grau com o mesmo valor.

[ALTERNATIVA B] 4.1. O trabalho final no mestrado de vocação profissionalizante pode consistir tanto numa dissertação como num relatório de estágio no caso de o aluno optar por um estágio final em função da disponibilidade de vagas ao abrigo de protocolos a celebrar pela Faculdade.

[ALTERNATIVA B] 4.2. No mestrado de vocação profissionalizante deve ser atribuída maior importância ao curso de especialização, com redução da fase de elaboração do trabalho final a um semestre e a atribuição de maior peso ao curso de especialização quer em número de créditos quer na ponderação da classificação final do ciclo de estudos.

5. A nomeação, pelo Conselho Científico, de um professor coordenador de cada área de especialização.

O curso de doutoramento deve funcionar com 3 disciplinas por semestre (para além da disciplina de introdução à metodologia da investigação científica).

Será conveniente que a distribuição de serviço docente no mestrado e no doutoramento seja antecipada por forma a que os cursos possam ser divulgados tão cedo quanto possível.

É importante ter presente que a resolução dos problemas verificados com o mestrado e doutoramento, e que se refletiram designadamente numa menor procura do mestrado profissionalizante no presente ano letivo, não depende apenas de opções científicas mas também de opções de gestão e de coordenação administrativa dos serviços, designadamente no domínio do *marketing* e da resposta dos serviços às solicitações inerentes ao funcionamento desses ciclos de estudos, que tem de passar por um reforço dos recursos humanos do Núcleo de Formação Pós-Graduada.

Exmo. Senhor Presidente do Conselho Científico

Venho pelo presente solicitar que, na sequência do que foi discutido na ultima reunião do Conselho Científico, fosse aditada ao documento ontem distribuído (ou submetida autonomamente a votação) uma terceira alínea à alternativa B, com o seguinte teor:

"[ALTERNATIVA B] 4.3. O tempo lectivo de cada unidade curricular do curso de especialização será aumentado de duas para quatro horas semanais, em consonância com o objectivo de reforço dos recursos afectos ao mestrado profissionalizante, assim permitindo uma maior concentração do serviço docente nas unidades curriculares daquele curso."

Com a melhor consideração,  
Miguel Moura e Silva

Júris a submeter ao Conselho Científico de 29/05/2013  
**MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM CONCORRÊNCIA E REGULAÇÃO**

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Anderson Ribeiro Nascimento	“ A Proteção de dados não divulgados no setor farmacêutico e os medicamentos genéricos”	Prof. Doutor Dário Moura Vicente	Prof. Doutor Dário Moura Vicente (presidente e orientador) Prof. Doutor Luís Moraes Prof. Doutor José Renato Gonçalves Prof. Doutor Miguel Moura e Silva (arguente)
Tiago Alexandre da Silva Mateus	“ O Novo Paradigma da regulação e supervisão do sistema financeiro na União Europeia. O caso das agências de notação de risco”	Prof. Doutor José Renato Gonçalves	Prof. Doutor Eduardo Paz Ferreira (presidente) Prof. Doutor Luis Moraes Prof. Doutor José Renato Gonçalves (orientador) Prof. Doutor Paulo Pardal (arguente)

Júris a submeter ao Conselho Científico de 29/05/2013  
MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM ECONOMIA E ANÁLISE ECONÓMICA DO DIREITO

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Gustavo Paes Rabello	“ Securitização de créditos futuros no âmbito do Direito Brasileiro”,	Prof.ª Doutora Paula Costa e Silva	Prof.ª Doutora Paula Costa e Silva Prof.ª Doutora Paula Vaz Freire Prof. Doutor Rute Saraiwa (arguente) Prof. Doutor Guilherme D’Oliveira Martins

Júris a submeter ao Conselho Científico de 29/05/2013  
**MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS**

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Algomiro Carvalho Júnior	“A insistência como vício na formação dos contratos de consumo – A figura do Assédio”	Prof. Doutor António Menezes Cordeiro	Prof. Doutor António Menezes Cordeiro (presidente e orientador) Prof. Doutor Eduardo Santos Júnior Prof. Doutor Pedro de Albuquerque (arguente) Prof. “Doutora Maria Raquel Rei Prof. Doutor Gonçalo Sampaio e Melo
Algomiro Carvalho Neto	“A fiança como garantia de cumprimento de obrigações decorrentes de contratos de locação e a proteção do imóvel residencial próprio do fiador”	Prof. Doutor António Menezes Cordeiro	Prof. Doutor António Menezes Cordeiro (presidente e orientador) Prof. Doutor Luis Menezes Leitão Prof. Doutor Januário Costa Gomes (arguente) Prof. Doutora Paula Vaz Freire Prof. Doutor Rui Pinto

<p>Sónia Cristina de Almeida Ferrão Faustino</p>	<p>“A aplicação da pena entre a legalidade e a oportunidade. (O Processo Sumaríssimo)”</p>	<p>Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes Prof. Doutor Rui Pinto Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes</p>
	<p>Tatiana Duarte Nicolau</p> <p>“O Homicídio em Desespero: Contributo para o Estudo da Relevância das Emoções em Direito Penal”</p>	<p>Prof.ª Doutora Maria Fernanda Palma Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes Prof.ª Doutora Sílvia Alves Prof.ª Doutora Carlota Pizarro de Almeida</p>

Júris a submeter ao Conselho Científico de 29/05/2013  
**MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO BANCÁRIO E DOS SEGUROS**

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Cláudia Filipa Mendes Deusdado	“O seguro de vida”	Prof. Doutor José Luís Bonifácio Ramos	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez (presidente) Prof. Doutor Luís Moraes Prof. Doutor José Lamego Prof. Doutor José Alberto Vieira (argenteo) Prof. Doutor José Luís Bonifácio Ramos
Mayra Julia Teixeira Brandão	Do princípio da Boa Fé nos contratos de seguro: Um estudo comparado entre Brasil e Portugal; reflexões sobre um aspecto ainda não juridicamente considerado”	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez (presidente e orientador) Prof. Doutor José Alberto Vieira (argenteo) Prof. Doutor José Luís Bonifácio Ramos Prof. <sup>a</sup> Doutora Paula Rosado Pereira Prof. <sup>a</sup> Doutora Maria Raquel Rei

<p><b>Cláudia Sofia Alves Trindade</b></p> <p>“A prova dos estados subjetivos no Direito Civil Português”</p>	<p><b>Prof.<sup>a</sup> Doutora Paula Costa e Silva</b></p> <p>Paula Costa e Silva            Prof. Doutora Paula Costa e Silva (orientadora)</p> <p>Prof. Doutor José Alberto Vieira            Prof. Doutor José Melo Alexandrino            Prof.<sup>a</sup> Doutora Isabel Alexandre (arguente)</p>	<p><b>Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa (presidente)</b>            Prof.<sup>a</sup> Doutora Paula Costa e Silva (orientadora)</p> <p>Prof. Doutor José Alberto Vieira            Prof. Doutor José Melo Alexandrino            Prof.<sup>a</sup> Doutora Isabel Alexandre (arguente)</p>
<p><b>Estrela Aramita Dias Sousa Chaby Rosa</b></p> <p>“Contributo probatório das partes em processo civil: o depoimento de parte”</p>	<p><b>Prof.<sup>a</sup> Doutora Paula Costa e Silva</b></p> <p>Paula Costa e Silva            Prof. Doutora Paula Costa e Silva (orientadora)</p> <p>Prof. Doutor Rui Pinto            Prof. Doutor Rui Guerra da Fonseca</p>	<p><b>Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa (presidente)</b>            Prof.<sup>a</sup> Doutora Paula Costa e Silva (orientadora)</p> <p>Prof. Doutor Rui Pinto            Prof. Doutor Rui Guerra da Fonseca</p>
<p><b>Flora Guerra Wanderley</b></p> <p>“Impenhorabilidade do Bem de família na legislação Brasileira e a exceção do fiador locatício”</p>	<p><b>Prof. Doutor António Menezes Cordeiro</b></p> <p>António Menezes Cordeiro</p>	<p><b>Prof. Doutor António Menezes Cordeiro (presidente e orientador)</b>            Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro            Prof. Doutor Eduardo Santos Júnior            Prof. Doutor Rui Pinto (arguente)            Prof.<sup>a</sup> Doutora Susana Videira</p>

<p><b>Iolanda Filipa Canelas Bastos</b></p> <p><b>“A culpa do credor no âmbito do benefício da excussão”</b></p>	<p>Prof. Doutor António Menezes Cordeiro</p> <p>António Menezes Cordeiro</p>	<p>Prof. Doutor António Menezes Cordeiro (presidente e orientador)</p> <p>Prof. Doutor Luis Menezes Leitão</p> <p>Prof. Doutor Dário Moura Vicente (arguente)</p> <p>Prof. Doutor Eduardo Santos Júnior</p> <p>Prof.<sup>a</sup> Doutora Alexandra Leitão</p>
<p><b>Joana Almeida Cabral</b></p> <p><b>“Das cartas de conforto e seu regime jurídico”</b></p>	<p>Prof.<sup>a</sup> Doutora Ana Perestrelo de Oliveira</p>	<p>Prof. Doutor António Menezes Cordeiro (presidente)</p> <p>Prof. Doutor Pedro País de Vasconcelos</p> <p>Prof. Doutor Lourenço Vilhena de Freitas</p> <p>Prof.<sup>a</sup> Doutora Ana Perestrelo de Oliveira (orientadora)</p> <p>Prof. Doutor João Espírito Santo (arguente)</p>
<p><b>Leonel Lopes Batista</b></p> <p><b>“Regime Jurídico do Divórcio: Críticas e Sugestões à Lei 6/76, de 3 de maio”</b></p>	<p>Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro</p>	<p>Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa (presidente)</p> <p>Prof. Doutor José Lamego</p> <p>Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro (orientador)</p> <p>Prof. Doutora Margarida Silva Pereira (arguente)</p> <p>Prof. Doutora Susana Videira</p>

<p>Maria Teresa Taborda Rosa Ferreira</p> <p><b>“A Tutela dos Direitos de Propriedade Industrial pelo enriquecimento sem causa”</b></p>	<p>Prof. Doutor Dário Moura Vicente</p>	<p>Prof. Doutor Luís Menezes Leitão (presidente e argente) Prof. Doutor Dário Moura Vicente (orientador) Prof. Doutor Pedro de Albuquerque Prof. Doutor José Alberto Vieira Prof.<sup>a</sup> Doutora Paula Rosado Pereira</p>
<p>Roldão Oliveira de Carvalho</p> <p><b>“O registo da hipoteca como condição de eficácia do negócio: uma análise à luz do Direito Brasileiro e Português”</b></p>	<p>Prof. Doutor António Menezes Cordeiro</p>	<p>Prof. Doutor António Menezes Cordeiro (presidente e orientador) Prof. Doutor Luís Menezes Leitão Prof. Doutor Dário Moura Vicente Prof. Doutor José Bonifácio Ramos (argente) Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues</p>
<p>Vitor Manuel Palmela Fidalgo</p> <p><b>“As Licenças Compulsórias de Direitos de Propriedade Industrial”</b></p>	<p>Prof. Doutor Dário Moura Vicente</p>	<p>Prof. Doutor Luís Menezes Leitão (presidente e argente) Prof. Doutor Dário Moura Vicente (orientador) Prof. Doutor José Alberto Vieira (argente) Prof.<sup>a</sup> Doutora Nazaré da Costa Cabral Prof. Doutor Pedro Leitão Pais de Vasconcelos</p>

Júris a submeter ao Conselho Científico de 29/05/2013  
**MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS**

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Andreia Isabel Amaral da Cruz	“Direito ao Silêncio e relevância das declarações anteriores ao Julgamento”	Prof.ª Doutora Maria Fernanda Palma	Prof.ª Doutora Maria Fernanda Palma (presidente e orientadora) Prof. Doutor Augusto Silva Dias Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes (arguente) Prof. Doutor José Luís Bonifácio Ramos Prof.ª Doutora Helena Morão
Felipe Hochscheit Kreutz	“A paridade de armas e a investigação criminal”	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	Prof.ª Doutora Maria Fernanda Palma (presidente ) Prof. Doutor Damião da Cunha (arguente) Prof. Doutor Jorge Reis Novais Prof. Doutor Augusto Silva Dias Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes (orientador)

Maria Teresa Barros Ferreira	“Confrontos e Encontros entre o Direito Penal da União Europeia e a Constituição Penal Portuguesa”	Prof.ª Doutora Maria Fernanda Palma	Prof.ª Doutora Maria Fernanda Palma (presidente e orientadora) Prof.ª Doutora Maria Luísa Duarte Prof. Doutor Augusto Silva Dias Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes Prof.ª Doutora Carlota Pizarro de Almeida (argente)
Paula Bittencourt Orsi	“Justiça restaurativa e a mediação penal: Os problemas da compatibilidade com os fins do direito penal e a salvaguarda dos princípios e garantias fundamentais”	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	Prof.ª Doutora Maria Fernanda Palma (presidente ) Prof. Doutor Augusto Silva Dias Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes Prof. Doutor David Duarte Prof. Doutora Helena Morão (argente)
Ricardo Nuno Barroso Oliveira Sousa	“As responsabilidades financeiras sancionatórias e a subsidiariedade do Direito Penal”	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	Prof.ª Doutora Maria Fernanda Palma (presidente) Prof. Doutor Augusto Silva Dias (argente) Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes (orientador) Prof. Doutor Miguel Moura e Sousa Prof. Doutora Helena Morão

Júris a submeter ao Conselho Científico de 29/05/2013  
**MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO INTELECTUAL**

Candidato	Titulo da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
João Carlos de Almeida e Paiva	“Os limites do direito de autor: do direito de citação ao direito de acesso ao conhecimento”	Prof. Doutor José Oliveira Ascensão	Prof. Doutor Luis Menezes Leitão (presidente) Prof. Doutor José Oliveira Ascensão (orientadora) Prof. Doutor Dário Moura Vicente (arguente) Prof. Doutor José Alberto Vieira Prof. Doutor Paulo Pardal
Lígia Maria Saraiva Barroso	“A Proteção Jurídica Conferida às Bases de Dados”	Prof. Doutor Luis Menezes Leitão	Prof. Doutor Luis Menezes Leitão (presidente) Prof. Doutor Dário Moura Vicente Prof. Doutor José Alberto Vieira (arguente) Prof. Doutor Pedro Leitão Paes de Vasconcelos Prof. Doutor Pedro Infante Mota

Júris a submeter ao Conselho Científico de 29/05/2013  
**MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO COMERCIAL**

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Cristiano Amadeu Ramos Dias	“Os Direitos Especiais dos Sócios”	Prof. Doutor António Menezes Cordeiro	Prof. Doutor António Menezes Cordeiro (presidente) Prof. Doutor Pedro Pais de Vasconcelos Prof. Doutor Pedro de Albuquerque Prof. Doutor José Renato Gonçalves Prof. Doutor João Espírito Santo de Noronha (arguente)
Denise Carlos Rocha	“Responsabilidade Civil dos Administradores de Sociedades Anónimas”	Prof.ª Doutora Adelaida Menezes Leitão	Prof. Doutor António Menezes Cordeiro (presidente) Prof.ª Doutora Adelaida Menezes Leitão (orientadora) Prof.ª Doutora Ana Perestrelo de Oliveira Prof.ª Doutora Rute Saraiva Prof. Doutor João Espírito Santo de Noronha

Ricardo Alexandre de Carvalho	<p><b>“O regime Jurídico das invalidades das deliberações sociais nas sociedades comerciais: favor da deliberação”</b></p>	<p><b>Prof.ª Doutora Adelaide Menezes Leitão</b></p> <p><b>Prof. Doutor Pedro Pais de Vasconcelos (presidente)</b> <b>Prof. Doutor Januário da Costa Gomes (arguente)</b> <b>Prof.ª Doutora Paula Vaz Freire</b> <b>Prof.ª Doutora Adelaide Menezes Leitão (orientadora)</b> <b>Prof.ª Doutora Ana Perestrelo de Oliveira</b></p>
-------------------------------	--	---

Júris a submeter ao Conselho Científico de 29/05/2013  
EITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO INTERNACIONAL ECONÓMICO E INTEGRAÇÃO EUROPEIA

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Francelina Aparecida Guerra de Lima	“Direitos Autorais: Implicações e novas perspectivas na Sociedade de Informação”	Prof.ª Doutora Paula vaz Freire	Prof. Doutor Fernando Araújo (presidente) Prof.ª Doutora Paula vaz Freire (orientadora) Prof. Doutor Miguel Patrício (argenteo) Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues

Júris a submeter ao Conselho Científico de 29/05/2013  
MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E FEDERALISMO FINANCEIRO

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Rodrigo Eugénio Matos Resende	“Relações Interfederativas nas Políticas Públicas de saúde brasileiras: Virtualidades e dificuldades”	Prof.ª Doutora Nazaré da Costa Cabral	Prof. Doutor José Melo Alexandrino (presidente) Prof.ª Doutora Nazaré da Costa Cabral (orientadora) Prof.ª Doutora Maria Eduarda Azevedo Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues (arguente)

MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS INTERNACIONAIS (Científico)			
Thiago Albuquerque Fernandes	“A educação no Plano Internacional: O papel Fundamental dos estados e das Organizações Internacionais no Desenvolvimento Humano através da Educação”	Prof.ª Doutora Isabel Banond	Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa (presidente) Prof. Doutor Pedro Barbas Homem (argenteu) Prof.ª Doutora Isabel Banond (orientadora) Prof. Doutor Rui Fonseca

Júris a submeter ao Conselho Científico de 29/05/2013  
MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO ADMINISTRATIVO (Científico)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Thiago Xavier de Andrade	“ A execução contra a fazenda pública no Direito Brasileiro: O regime de precatórios e a efetividade da Prestação Jurisdicional”	Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa	Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa (presidente e orientador) Prof. Doutor David Duarte Prof.ª Doutora Alexandra Leitão Prof. Doutor Alexandre de Sousa Pinheiro (arguente)

Júris a submeter ao Conselho Científico de 29/05/2013  
MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA (Científico)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Emanuel Anderson da Costa Martins	“Uma análise crítica da ideia de razão pública no Liberalismo Político de John Rawls”	Prof. Doutor Luis Pereira Coutinho  Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa (presidente) Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito (argente) Prof. Doutor Luis Pereira Coutinho (orientador) Prof. Doutor Lourenço Vilhena de Freitas	

Júris a submeter ao Conselho Científico de 26/06/2013  
MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO (profissionalizante)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Leonor Cordeiro Frazão Grego	“As relações entre o SUCH e Hospitais EPE, relação in House”	Prof.ª Doutora Alexandra Leitão (orientadora)	Prof.ª Doutora Maria João Estorninho (presidente) Prof.ª Doutora Alexandra Leitão (orientadora) Prof. Doutor Miguel Assis Raimundo (arguente)

Júris a submeter ao Conselho Científico de 26/06/2013  
MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL (Científico)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Joana Fernandes Machado	“A tutela Jurisdicional do dever de promoção dos direitos fundamentais sociais face à omissão estatal no Brasil”	Prof. Doutor Jorge Reis Novais	Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva (presidente) Prof. Doutor Jorge Reis Novais (orientador) Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito Prof. Doutor Alexandre de Sousa Pinheiro (arguente)

## Solicitação de alteração de Júris

Mestrado em Ciências Jurídico Forenses

Composição Original Composição Original (Conselho Científico 29/05/2013)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Inês Lopes da Silva Santos	“A Apreensão de Correio Eletrónico em Processo Penal (dos Direitos Fundamentais às Ingerências, constitucional e legalmente legitimadas, nas comunicações”	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	Prof.ª Doutora Maria Fernanda Palma (presidente e argente) Prof.ª Doutora Margarida Salema D’Oliveira Martins Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes (orientador) Prof. Doutor José Lamego

Mestrado em Ciências Jurídico Forenses  
Composição Solicitada

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Inês Lopes da Silva Santos	“A Apreensão de Correio Eletrónico em Processo Penal (dos Direitos Fundamentais às Ingerências, constitucional e legalmente legitimadas, nas comunicações”	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	Prof.ª Doutora Maria Fernanda Palma (presidente) Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes (orientador) Prof. Doutor José Lamego Prof. Doutor Francisco Aguiar (argente)

**Solicitação de alteração de Júris**

Mestrado em Ciências Jurídico-Criminais

Composição Original (Conselho Científico 29/05/2013)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Marcus Renan Palácio de Moraes Claro dos Santos	“ O Princípio Nemo Tenatur Se Detegere: seus limites e sua extensão”	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	Prof.ª Doutora Maria Fernanda Palma (presidente) Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes (orientador) Prof.ª Doutora Carlota Pizarro de Almeida (arguente) Prof.ª Doutora Helena Morão

Mestrado em Ciências Jurídico-Criminais  
Composição Solicitada

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Marcus Renan Palácio de Moraes Claro dos Santos	“ O Princípio Nemo Tenatur Se Detegere: seus limites e sua extensão”	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes (presidente e orientador) Prof.ª Doutora Carlota Pizarro de Almeida (arguente) Prof.ª Doutora Helena Morão

## **Solicitação de alteração de Júris**

Mestrado em Ciências Jurídico-Criminais

Composição Original (Conselho Científico 29/05/2013)

Candidato	Titulo da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Joana Maria Rebelo Fernandes Costa	“A imputação individual do facto Criminoso Internacional, em especial o critério da Joint Criminal Enterprise”	Prof. Doutor Augusto Silva Dias	Prof.ª Doutora Maria Fernanda Palma (presidente) Prof. Doutor Pedro Caeiro (argente) Prof. Doutor Augusto Silva Dias (orientador) Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes

Mestrado em Ciências Jurídico-Criminais  
Composição Solicitada

Candidato	Titulo da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Joana Maria Rebelo Fernandes Costa	“A imputação individual do facto Criminoso Internacional, em especial o critério da Joint Criminal Enterprise”	Prof. Doutor Augusto Silva Dias	Prof. Doutor Augusto Silva Dias (presidente e orientador) Prof. Doutor Pedro Caeiro (argente) Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes

**Solicitação de alteração de Júris**  
**MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-ECONÓMICAS**  
**Composição Original (Conselho Científico 29/05/2013)**

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Raquel Helena Saraiva Franco	“Teoria económica de: percurso evolutivo e ‘Aplicações Jurídico-Normativas’”	Prof. Doutor Fernando Araújo	Prof. Doutor Fernando Araújo (presidente e orientador) Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto Prof. Doutor Luís Moraes Prof. Doutor Renato Gonçalves

**MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-ECONÓMICAS**  
**Composição Solicitada**

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Raquel Helena Saraiva Franco	“Teoria económica de: percurso evolutivo e ‘Aplicações Jurídico-Normativas’”	Prof. Doutor Fernando Araújo	Prof. Doutor Fernando Araújo (presidente e orientador) Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto Prof. Doutor Luís Moraes Prof. Doutor Renato Gonçalves

**Solicitação de alteração de Júris**

Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses

Composição Original (Conselho Científico 26/06/2013)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Sónia Marisa Santos Lima	“ O Internamento de menores”	Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro	Prof. Doutor Luis Lima Pinheiro (presidente) Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro (orientador) Prof.ª Doutora Margarida Silva Pereira (arguente) Prof. Doutor José melo Alexandrino

Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses  
Composição Solicitada

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Sónia Marisa Santos Lima	“ O Internamento de menores”	Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro	Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro (presidente e orientador) Prof.ª Doutora Margarida Silva Pereira (arguente) Prof. Doutor José Melo Alexandrino

**Solicitação de alteração de Júris**

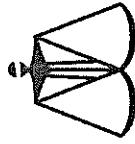
Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses

Composição Original (Conselho Científico 26/06/2013)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Fabiana Leonor Vale Verdelho Silvestre	“A conciliação entre a vida pessoal e a vida profissional no âmbito das relações laborais – em especial no que concerne à maternidade e à paternidade”	Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito	Prof.ª Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho (presidente) Prof.ª Doutora Sílvia Alves Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito (orientador) Prof.ª Doutora Helena Morão (argente)

Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses  
Composição Solicitada

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Fabiana Leonor Vale Verdelho Silvestre	“A conciliação entre a vida pessoal e a vida profissional no âmbito das relações laborais – em especial no que concerne à maternidade e à paternidade”	Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito	Prof.ª Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho (presidente e argente) Prof.ª Doutora Sílvia Alves Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito (orientador)



## Requerimentos

*Reunião do Conselho Científico de 29 de maio de 2013*

### - Pedidos de alteração do tema de dissertação de Mestrado

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema da dissertação aprovado	Novo tema de dissertação proposto	Professor Orientador designado
ANDREIA MARQUES MARTINS (n.º 16017) - MESTRADO EM CIÉNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAIS	24-05-2013	O esgotamento dos direitos de propriedade industrial	Do esgotamento do Direito de marca, à luz do Direito Português e da União Europeia	Prof. Doutor Luís Menezes Leitão
NUNO MIGUEL LISBOA DUARTE (n.º 16229) - MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	27-05-2013	Direitos Humanos e a sua defesa por parte das nações Unidas	Conflitos acumulados internos: em especial a intervenção humanitária	Prof. Doutor Eduardo Correia Baptista

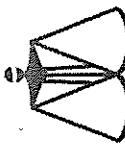
<b>RUI MANUEL TOMAZ CARAPINHA</b> (n.º 16133) - MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAIS	24-05-2013	Da necessidade de um enquadramento normativo especial para estimular as ações de responsabilidade civil fundadas no incumprimento das regras da livre concorrência.	O private enforcement do Direito da Concorrência à luz do Direito Português	Prof.ª Doutora Adelaide Menezes Leitão
<b>SIMAO GOMES</b> (n.º 21228) - MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM DIREITO E ECONOMIA	08-05-2013	Endividamento autárquico e Parcerias Público-Privadas	Recurso ao crédito pelas autarquias locais como instrumento necessário à gestão pública	Prof. Doutor José Renato Gonçalves

## Requerimentos

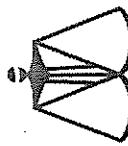
*Reunião do Conselho Científico de 26 de junho de 2013*

### - Pedidos de alteração do tema de dissertação de Mestrado

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema da dissertação aprovado	Novo tema de dissertação proposto	Professor Orientador designado
<b>MARA CATARINA ESTEVES RIBEIRO MATOS</b> (n.º 15377) - MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS-EMPRESARIAIS	24-06-2013	Responsabilização de Gestores e Administradores no Direito Societário	Os abusos de minoria no direito das sociedades comerciais	Prof.ª Doutora Ana Perestrolo de Oliveira
<b>MARIA INÊS BALDRICO COUTINHO</b> (n.º 17422) - MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	17-06-2013	A proteção dos direitos humanos em situação de catástrofe	Legítima defesa proporcional em Direito Internacional Público	Prof. Doutor Eduardo Correia Batista



<b>JOSÉ JOAQUIM RODRIGUES</b> (n.º 15890) - MESTRADO EM CIÉNCIAS JURÍDICO-FORENSES	11-06-2013	Insolvência: Efeitos nos negócios em curso	Da prevalência do direito de retenção sobre a hipoteca voluntária anteriormente registada – análise crítica ao regime em vigor	Prof. Doutor Rui Pinto
<b>SAULO EMANUEL VIGÁRIO CHANOCA</b> (n.º 16867) - MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO INTELECTUAL	04-06-2013	Contratos de Produção Audiovisual	Segredo Comercial	Prof. Doutor José de Oliveira Ascensão



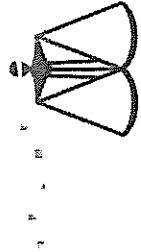
* <b>JOSÉ EDUARDO PRIETO PERES GALDINO - 21566</b> - MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE Especialização em DIREITO ADMINISTRATIVO	28-03-2013	A Função Normativa das Agências Reguladoras frente ao Direito Brasileiro: inconstitucionalidade ou realidade?  DIREITO ADMINISTRATIVO	Constitucionalidade da Função Normativa das Agências Reguladoras no Direito Brasileiro: <i>(Pedido aprovado na reunião do Conselho Científico de 24 de abril de 2013, com o título "Inconstitucionalidade da Função Normativa das Agências Reguladoras no Direito Brasileiro" por laço dos serviços)</i>	Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa
* <b>SORAIA ALEXANDRA FERNANDES TENDER -</b> 21150 - MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS FORENSES	15-04-2013	Dever de apresentação à insolvência e suas consequências	O novo Processo Especial de Revitalização – aplicação do sistema da falência-liquidação attenuado no Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas	Prof.ª Doutora Adelaida Menezes Leitão <i>(pedido aprovado na reunião do Conselho Científico de 24 de abril</i>

		<i>de 2013, com indicação da Senhora Professora Ana Paula Dourado como Orientadora por lapso dos serviços).</i>
--	--	---

\* Os pedidos assinalados foram aprovados na reunião do Conselho Científico realizada no passado dia 24 de abril de 2013, sendo necessárias as retificações indicadas.

- Pedidos de alteração de Orientador de Mestrado

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema da dissertação	Professor Orientador designado	Professor Orientador proposto
AQUILES DAS MERCÉS BARROSO - 20346 - MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-AMBIENTAIS	24-04-2013	Responsabilidade administrativa por défice de ponderação de circunstâncias de risco no âmbito do licenciamento ambiental	Prof. a Doutora Carla Amado Gomes	Prof. Doutor Miguel Assis Raimundo



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada  
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Versão de 24 de junho de 2013

---

Cidade Universitária, Alameda da Universidade, 1649-014 Lisboa  
Tel. 217 984 600 – Fax. 217 984 603 – [www.ul.pt](http://www.ul.pt)

## Mestrados

Candidaturas à 2.ª fase do mestrado – preparação da dissertação

Mestrados com parte curricular concluída

Pedidos extemporâneos

(Reunião do C.C. 26.06.2013)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a)	Curso	Tipo	Prazo normal	Data do pedido
22576	ANTONIA PIO VILANOVA E SILVA	Requisitos da prestação debitória. A problemática do preço do Direito Romano ao Direito Brasileiro	EDUARDO AUGUSTO ALVES VERA-CRUZ PINTO	MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS	Científico	15.04.2013	31.05.2013
16563	CIDÁLIA CRISTINA FERNANDES MARQUES	A prova obtida mediante a derrogação do sigilo bancário e a relação do Ministério Público e o Juiz de Instrução Criminal	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES	Profissionalizante Pós-Bolonha	20.12.2012	31.05.2013
16965	CLÁUDIA PATRÍCIA OLIVEIRA MAGALHÃES	Prática de crimes por menores e a sua responsabilização	JORGE ALBERTO CARAS ALTAS DUARTE PINHEIRO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES	Profissionalizante Pós-Bolonha	17.05.2013	03.06.2013
22408	EDUARDO CORREA GASIGLIA QUEIROZ	A interpretação da função social do contrato	PEDRO PAIS DE VASCONCELOS	MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS	Científico	15.04.2013	06.06.2013
22374	GABRIELA GIUGNI DA SILVA HOLANDA CASTRO	A Responsabilidade dos Sócios por dívidas nos Grupos Econômicos de Fato no direito Brasileiro - Uma proposta para a Solução do problema do Brasil à luz dos Ordenamentos Jurídicos Alemão, Francês e Português	ANA PAZ FERREIRA DA CÂMARA PERESTRELO DE OLIVEIRA	MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-LABORAIS	Científico	15.04.2013	24.06.2013
12345865	JOSE MANUEL CORREIA MONTEIRO	A responsabilidade do supervisor como causa preventiva do risco sistémico	RUTE NETO CABRITA E GIL SARAIVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS	Profissionalizante Pré-Bolonha	17.05.2013	06.06.2013
17458	MARTA SOFIA TERESA DA SAÚDE	A cláusula da adequação social no crime de recebimento indevido de vantagem	AUGUSTO MANUEL GOMES SILVA DIA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES	Profissionalizante Pós-Bolonha	20.12.2012	25.03.2013
12346055	RITA JORGE TRINCAO DA SILVA GONÇALVES PEREIRA	Grupos de IVA	ANA PAULA VALLE-FRIAS MADUREIRA PIEDADE DOURADO	MESTRADO EM DIREITO DA ECONOMIA	Profissionalizante Pré-Bolonha	17.05.2013	18.06.2013

Versão do documento: 25.06.2013

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a)	Curso
12345898	ANA CRISTINA DE SÁ LAMEIRA VEIGAS CORDEIRO	Execução de sentenças no âmbito da acção administrativa especial:reconstituição da situação actual hipotética e justa indemnização	ALEXANDRA LUDOMILA RIBEIRO FERNANDES LEITÃO	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
16470	ANA LÚCIA SANTOS FERREIRA	Algumas questões sobre o Contencioso das Autarquias Locais	ALEXANDRA LUDOMILA RIBEIRO FERNANDES LEITÃO	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
13225	CAROLINA PINTO GONÇALVES DE SOUSA REBELO	TEMA: A revogação de actos administrativos no âmbito da formação do contrato SUBTEMA: A aplicação supletiva do Código do Procedimento Administrativo	ALEXANDRA LUDOMILA RIBEIRO FERNANDES LEITÃO	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
9731	CATARINA INÉS PEREIRA HENRIQUES	O Capital Social e o Financiamento das Sociedades Comerciais	ANA PAZ FERREIRA DA CÂMARA PERESTRELO DE OLIVEIRA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURIDICO-EMPRESARIAIS
9443	NATALIA VANESSA ALBUQUERQUE CARDOSO ORNELAS	A natureza jurídica do contrato de administração/gerência nas sociedades comerciais	ANA PAZ FERREIRA DA CÂMARA PERESTRELO DE OLIVEIRA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURIDICO-EMPRESARIAIS
12345916	PAULO FERNANDO PINHEIRO BANDEIRA	Empty voting - o exercício do direito de voto sem interesse económico associado	ANA PAZ FERREIRA DA CÂMARA PERESTRELO DE OLIVEIRA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURIDICO-EMPRESARIAIS
12345930	GONÇALO JOSÉ MOTA FERREIRA NOGUEIRA	Arbitragem e processo equitativo	ANTONIO PEDRO PEREIRA NINA BARBAS HOMEM	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURIDICO-EMPRESARIAIS
12345857	ANA CARLA TELES DUARTE PALMA	A acção administrativa especial de condenação à prática de acto devido	CARLA MARIA FERMENTO AMADO GOMES	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
12345984	MANUEL CORSINO GOMES BARBOSA	Silêncio Administrativo na Ordem Jurídica Cabo-Verdiana	CARLA MARIA FERMENTO AMADO GOMES	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
7263	PEDRO MIGUEL MARTINS BANDEIRA	Responsabilidade Civil Contratual e Extracontratual de Entidades Públicas. A concorrência de culpas	CARLA MARIA FERMENTO AMADO GOMES	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
14930	RICARDO LUÍS MIRANDA PEDRO	O regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas	CARLA MARIA FERMENTO AMADO GOMES	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
12345827	MARIA ANTÓNIA DIAS RODRIGUES ANDRADE	Meios de obtenção de prova - Intercepção e registo de comunicações	CARLOTA JULIA SEABRA PIZARRO ALMEIDA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
12346045	MAFALDA DA ENCARNAÇÃO SANTANA MALDONADO	As Entidades Intermunicipais e a regionalização	CLAUDIO RAMOS MONTEIRO	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
2010063	MARIA CATARINA GOMES MARQUES VIEIRA	A reorganização administrativa territorial autárquica - o papel da freguesia no poder local	CLAUDIO RAMOS MONTEIRO	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
12345819	MARTA CAÇÃO RODRIGUES CAVALEIRA	Contencioso dos atos administrativos de controlo das operações urbanísticas	CLAUDIO RAMOS MONTEIRO	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
12345900	RUI NUNO JORGE MARQUES	IRC - Imposto sobre Rendimento das Pessoas Colectivas (a especificar muito brevemente)	GUILHERME WALDEMAR GOULÃO REIS OLIVEIRA MARTINS	MESTRADO EM DIREITO DA ECONOMIA
15206	RUTE ISABEL BEIXIGA RAMOS	A política de preços de transferência no mercado global: Implicações Fiscais	GUILHERME WALDEMAR GOULÃO REIS OLIVEIRA MARTINS	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURIDICO-EMPRESARIAIS
12346022	ARMANDINA ÂNGELA CORREIA FERNANDES	Trabalhos a mais	MARIA EDUARDA ALMEIDA AZEVEDO	MESTRADO EM DIREITO DA ECONOMIA
17575	TÂNIA MARIA BRÁS CLÉRIGO FERNANDES	Mecanismos de simplificação na contratação pública	MARIA JOÃO ROSÁRIO ESTORNINHO PEREIRA SILVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
12345815	TERESA RAQUEL ALVES BAPTISTA AMARAL	Simplificação Administrativa	MARIA JOÃO ROSÁRIO ESTORNINHO PEREIRA SILVA	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
22740	LUÍS ALEXANDRE SERRAS DE SOUSA	Dos problemas e desafios da sociedade desportiva unipessoal por quotas	MARIA RAQUEL ALEIXO ANTUNES REI	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURIDICO-EMPRESARIAIS
12731	MANUEL FERNANDO MARTINS EMÍDIO	A autonomia das autarquias locais face à centralização das compras	MIGUEL CHAVES RIBEIRO ASSIS RAIMUNDO	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
14608	LUÍS MANUEL LOPEZ DO NASCIMENTO	O regime comunitário em matéria de proteção social dos trabalhadores migrantes na jurisprudência comunitária	NAZARÉ SALDANHA POVOAS COSTA CABRAL	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURIDICO-EMPRESARIAIS
12345789	CARLA DA CONCEIÇÃO AFONSO CORREIA	Autonomia de Gestão dos Administradores de Sociedades Anónimas Integradas no Setor Empresarial do Estado	NUNO FILIPE ABRANTES LEAL DA CUNHA RODRIGUES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURIDICO-EMPRESARIAIS
12345963	ARMÉNIA DA CONCEIÇÃO VENCES LOBATO	Princípio da capacidade contributiva no âmbito do IRS	PAULA CRISTINA SANTOS ROSADO PEREIRA	MESTRADO EM DIREITO DA ECONOMIA
12041	CARLA FILIPA GUERREIRO MARQUES	A Tributação de Rendimentos ilícitos em IRS	PAULA CRISTINA SANTOS ROSADO PEREIRA	MESTRADO EM DIREITO DA ECONOMIA
14246	EDITE RAMOS PEREIRA RIBEIRO	Manifestações de fortuna e outros acréscimos patrimoniais não justificados	PAULA CRISTINA SANTOS ROSADO PEREIRA	MESTRADO EM DIREITO DA ECONOMIA
20539	CATARINA SANTOS BROCHADO OLIVEIRA	O arguido	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
12345774	DIRCE REIS RENTE	A produção e valoração da prova na fase de impugnação judicial de decisão administrativa proferida no âmbito de processo contra-ordenacional	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
12345757	JOSÉ EUSÉBIO PEREIRA BARATA CORDEIRO DE ARAÚJO	O Dever de Identificar o Condutor Infractor e a Prerrogativa de Não Auto-Incriminação	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
12345950	JOSUÉ ANTÓNIO ALMEIDA BACALHAU	A Prerrogativa de Não Auto-Incriminação no Processo Sancionatório Especial - A Compressão do Princípio Nemo Tenetur Se Ipsum Accusare	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a)	Curso
12345985	MARIA PAULA HENRIQUES GUERRA	O Ministério Público face às especificidades do novo regime do processo sumário, aprovado pela Lei nº20/2013, de 21/2	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM CIÉNCIAS JURÍDICO-FORENSES
12345803	SÓNIA ISABEL DUARTE DIAS	Os meios de obtenção de prova em processo penal e o princípio da presunção de inocência	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM CIÉNCIAS JURÍDICO-FORENSES
12345913	CARLA ISABEL CORREIA GUERREIRO	A influência da Teoria das Ideias no ordenamento jurídico-administrativo português - Uma perspectiva histórica	PEDRO MIGUEL MARTINS GONÇALVES CARIDADE DE FREITAS	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
12345704	DIANA CLÁUDIA COVA DE ALMEIDA	Os movimentos migratórios em Direito Internacional - Uma evolução ao longo dos tempos	PEDRO MIGUEL MARTINS GONÇALVES CARIDADE DE FREITAS	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
12345946	PEDRO MANUEL OSÓRIO DE CASTRO BATALHA RIBEIRO	Das Companhias de Comércio às Sociedades Anónimas. Subsídios para a história do Direito das Sociedades Comerciais em Portugal	PEDRO MIGUEL MARTINS GONÇALVES CARIDADE DE FREITAS	MESTRADO EM CIÉNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAIS
12345968	ANTÓNIO MANUEL DE SOUSA MARQUES VALIDO	A natureza jurídica da profissão de agente de execução	RUI CARLOS GONÇALVES PINTO	MESTRADO EM CIÉNCIAS JURÍDICO-FORENSES
12345888	CLÁUDIA SOFIA DE JESUS ANTUNES BARATA	A Audiência Prévia - Os Temas da Prova	RUI CARLOS GONÇALVES PINTO	MESTRADO EM CIÉNCIAS JURÍDICO-FORENSES
12345921	JOSÉ ANTÓNIO ROCHA CAPACETE	A FUNDAMENTAÇÃO DE FACTO NO PROCESSO COMUM DE DECLARAÇÃO (Os poderes do tribunal e o papel das partes na formação da convicção do juiz)	RUI CARLOS GONÇALVES PINTO	MESTRADO EM CIÉNCIAS JURÍDICO-FORENSES
9881	LUÍS FILIPE CUSTÓDIO SILVA	Decisão cautelar e inversão do contencioso em Processo Civil	RUI CARLOS GONÇALVES PINTO	MESTRADO EM CIÉNCIAS JURÍDICO-FORENSES
12345904	MARIA JOÃO FORTES DE MATOS LOURO	Adopção Internacional - A implementação da Convenção de 29 de Maio de 1993 relativa à protecção das crianças e a cooperação em matéria de adopção internacional	RUI RODRIGO FIRMINO GUERRA DA FONSECA	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
12345812	JOSÉ CARLOS CARVALHO VALE FRIAS FONSECA	Autonomia e Accountability do Supervisor Financeiro	RUTE NETO CABRITA E GIL SARAIVA	MESTRADO EM CIÉNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
19338	MARIA DE LURDES MARTINS ESCALDA	Prevenção do Branqueamento de Capitais - Regulação Financeira	RUTE NETO CABRITA E GIL SARAIVA	MESTRADO EM CIÉNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS

**Mestrado Científico**  
**Mestrado em Direito (1<sup>a</sup> turma ESMAPe)**  
**Candidaturas à 2.<sup>a</sup> fase do mestrado – preparação da dissertação**  
**Mestrados com parte curricular concluída**  
**(Reunião do C.C. 26.06.2013)**

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a)	Curso
12346073	ABNER APOLINÁRIO DA SILVA*	INVOLABILIDADE DA LIBERDADE DE CRENÇA E DE CULTO NO DIREITO INFANTO-JUVENIL BRASILEIRO E LUSITANO	ANTÓNIO JORGE PINA REIS NOVAIS	MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL
12346078	ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO*	INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL	ANTÓNIO JORGE PINA REIS NOVAIS	MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL
12346074	ANDRÉ REIS LACERDA	A proposta de Emenda à Constituição Brasileira (PEC) nº 33 - contributos para análise de uma nova separação de poderes	ANTÓNIO JORGE PINA REIS NOVAIS	MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL
12346080	DAMIÃO ALEXANDRE TAVARES OLIVEIRA	DIÁLOGO ENTRE DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITOS FUNDAMENTAIS E A(S) NEUROCIÊNCIA(S) NA CONSTITUIÇÃO DE 1988: ESBOÇO PARA O NEURODIREITO?	ANTÓNIO JORGE PINA REIS NOVAIS	MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL
12346081	ERIVAN JOSÉ DA SILVA LOPES	A colisão entre a tutela dos direitos individuais e os valores fundamentais da sociedade: dignidade, liberdade, vida e segurança em colisão na jurisprudência penal brasileira	ANTÓNIO JORGE PINA REIS NOVAIS	MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL
12346083	GILVAN MACÊDO DOS SANTOS*	O CENÁRIO NORMATIVO NO BRASIL EM SEDE DE VIOLENCIA DOMESTICA EVIDENCIA VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DA IGUALDADE, TRADUZINDO-SE NUM MECANISMO DE DISCRIMINAÇÃO DIRECTA EM FUNÇÃO DO GÊNERO-HOMEM	ANTÓNIO JORGE PINA REIS NOVAIS	MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL
12346084	GLEYDSON GLEBER BENTO ALVES DE LIMA PINHEIRO	Os direitos fundamentais e a omissão estatal: análise do princípio da proibição do défice pelo Supremo Tribunal Federal do Brasil	ANTÓNIO JORGE PINA REIS NOVAIS	MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL
12346104	HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO*	Os efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal nas ações de constitucionalidade e inconstitucionalidade no Brasil	ANTÓNIO JORGE PINA REIS NOVAIS	MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL
12346086	JOSÉ RAIMUNDO DOS SANTOS COSTA	Controle Judicial de Políticas Públicas	ANTÓNIO JORGE PINA REIS NOVAIS	MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL
12346088	JOSÉFISON SILVA OLIVEIRA	STATUS NORMATIVO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS PARA FINS DE SUA INTEGRAÇÃO E EFICÁCIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	ANTÓNIO JORGE PINA REIS NOVAIS	MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL
12346091	MARIA ALDECY DE SOUZA PISSOLATI	Direitos fundamentais em colisão com outros direitos	ANTÓNIO JORGE PINA REIS NOVAIS	MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL
12346092	MARIELZA BRANDÃO FRANCO*	O Estado social no Brasil e o direito fundamental à saúde	ANTÓNIO JORGE PINA REIS NOVAIS	MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL
12346079	DAISY MARIA DE ANDRADE COSTA PEREIRA	A Função extrajudicial do Ministério Público na Proteção do Ambiente: Caso das Lavanderias de Jeans da Comarca de Toritama-PE. Dano Ambiental causado ao Rio Capibaribe e a repercussão em outros Municípios	CARLA MARIA FERMENTO AMADO GOMES	MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL
12346090	MARCO ANTHONY STEVESON VILLAS BOAS	O Socioambientalismo Indígena na Constituição do Brasil	CARLA MARIA FERMENTO AMADO GOMES	MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL
12346066	MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA GROSSI ANDRADE	O CONTRATO DE AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO NO NOVO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO: UNIDADE OU DUALIDADE?	JOSÉ ALBERTO COELHO VIEIRA	MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS
12346057	ALESSANDRO CARLO MELISO RODRIGUES	A formação da convicção do magistrado nas ações de indenização por erro médico	JOSÉ LUÍS BONIFÁCIO RAMOS	MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS
12346059	DEBORAH CAVALCANTI FIGUEIREDO	A ampliação dos poderes instrutórios do juiz para a busca da verdade judicial no processo civil moderno e as regras de distribuição do ônus probatório	JOSÉ LUÍS BONIFÁCIO RAMOS	MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS
12346060	FRANCISCO LUÍS RIOS ALVES	Atividade do juiz na produção da prova, especialmente no que toca à determinação da produção de provas de ofício, tendo em conta a questão do ativismo judicial versus a garantia que se deve assegurar às partes de um julgamento imparcial e justo	JOSÉ LUÍS BONIFÁCIO RAMOS	MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS
12346070	RONALDO SOUZA BORGES	A presunção judicial e a formação do convencimento do juiz no processo civil	JOSÉ LUÍS BONIFÁCIO RAMOS	MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS
12346071	SELMA MARIA MARQUES DE SOUZA	A Dinamização e a Inversão do ônus da Prova segundo as relações jurídicas específicas	JOSÉ LUÍS BONIFÁCIO RAMOS	MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS
12346085	JERONYMO PEDRO VILLAS BOAS	LIBERDADE RELIGIOSA. DIREITO DE NÃO SER PERTURBADO PELA SUA RELIGIÃO	LUIS MIGUEL PRIETO NOGUEIRA BRITO	MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL
12346089	MARCELO COELHO DE CARVALHO*	Eficácia horizontal dos direitos fundamentais na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal brasileiro: análise crítica à luz da dogmática constitucional	LUIS MIGUEL PRIETO NOGUEIRA BRITO	MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL
12346075	ANTONIO ANDRÉ MUNIZ MASCARENHAS DE SOUZA	Juízo Político no Controle de Constitucionalidade e Legitimidade da Justiça Constitucional	LUIS PEDRO DIAS PEREIRA COUTINHO	MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL
12346076	ANTONIO FRANCISCO GOMES DE OLIVEIRA	JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL NO BRASIL: ATIVISMO, AUTOCONTENÇÃO OU TERCEIRA VIA?	LUIS PEDRO DIAS PEREIRA COUTINHO	MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL
12346082	FLÁVIA DA COSTA LINS CAVALCANTI*	O Ativismo Judicial como questão de ponderação de princípios	LUIS PEDRO DIAS PEREIRA COUTINHO	MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL
12346087	JOSÉ RIBAMAR MENDES JÚNIOR	A Consolidação do Constitucionalismo Moderno com Ênfase nos Direitos Fundamentais e na Justiça Constitucional	LUIS PEDRO DIAS PEREIRA COUTINHO	MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL
12346058	ANTONIO MAROJA LIMEIRA FILHO	A responsabilidade civil pelo risco do empreendimento em face da negativa da existência de relação de consumo: a experiência luso-brasileira	PEDRO NUNO TAVARES ROMANO SOARES MARTINEZ	MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS

**PROJECTO DE  
REGRAS PARA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS DOCENTES DA  
FACULDADE DE DIREITO**

**Artigo 1º  
Objecto**

Atento o disposto no artigo 74º-A e nas demais disposições aplicáveis do Estatuto da Carreira Docente Universitária, na versão resultante do Decreto-Lei nº 205/2009, de 31 de Agosto, e em conformidade com o Regulamento de Avaliação do Desempenho dos Docentes da Universidade de Lisboa, aprovado pelo Despacho Reitoral nº 8648/2011, de 14 de Junho (publicado no D.R., 2ª série, de 27 de Junho de 2011), as presentes regras concretizam o regime de avaliação de desempenho dos docentes da Faculdade de Direito, adequando-o às características desta Faculdade.

**Artigo 2º**

**Periodicidade da avaliação, período a que se reporta a avaliação e sua efectivação por categorias de docentes e grupos de disciplinas)**

1. A avaliação do desempenho dos docentes será realizada de três em três anos, com referência ao período de avaliação do triénio imediatamente anterior ao do ano em que se processa a avaliação, sem prejuízo do direito de qualquer docente poder requerer a sua avaliação anual e de a avaliação dos docentes com contrato de duração inferior a três anos dever ser feita anualmente.
2. Em cada ano de avaliação do desempenho dos docentes no triénio anterior, o Director determinará a data do início do respectivo processo de avaliação.
3. Ressalvadas as disposições transitórias aplicáveis aos anos de 2004-2007 e de 2008-2011, constantes dos artigos 12º a 14º, o primeiro período de avaliação do desempenho dos docentes, na vigência do Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes da Universidade de Lisboa, é o período de avaliação de 2012-2014.
4. A avaliação do desempenho dos docentes, em relação a cada período de avaliação, será realizada por categorias de docentes e por grupos de disciplinas.

**Artigo 3º  
Designação dos avaliadores**

1. A Comissão de Avaliação do Desempenho dos Docentes da Faculdade de Direito designará os avaliadores tendo em conta o disposto no número 4 do artigo anterior.
2. Sempre que seja possível, os avaliadores serão designados entre os docentes que não integram a Comissão de Avaliação.

3. Os avaliadores serão designados entre os docentes da categoria imediatamente superior à dos docentes que irão avaliar; no caso dos Professores Catedráticos, o avaliador deverá preceder em antiguidade o avaliado; o Professor Catedrático mais antigo de cada grupo será avaliado pelo Professor Catedrático mais antigo de um dos outros grupos.
4. A Comissão de Avaliação do Desempenho dos Docentes ou o seu Presidente reunirá com os avaliadores designados para uma mesma categoria de docentes, por modo a fixar-se uma distribuição equitativa, entre os avaliadores, dos docentes que irão avaliar, bem como, quando se justifique, para resolver questões de funcionamento ou de execução que se levantem durante o processo de avaliação.
5. A Comissão de Avaliação do Desempenho dos Docentes poderá designar novos avaliadores, sempre que haja necessidade de substituição de algum avaliador já designado ou quando haja necessidade de reforço dos avaliadores designados.
6. A Comissão de Avaliação do Desempenho dos Docentes nomeará para cada processo de avaliação de um triénio, sempre que possível, novos avaliadores.

#### **Artigo 4º**

#### **Avaliação dos titulares de órgãos de governo da Faculdade**

Nos termos do art. 29º do Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes da Universidade de Lisboa, referido no artigo 1º destas “Regras”, ao Director e ao Presidente do Conselho Científico é atribuída a menção correspondente à média das avaliações dos docentes, sendo-lhes possível, no entanto, optar pela avaliação do seu desempenho nos termos aplicáveis aos restantes docentes.

#### **Artigo 5º**

#### **Processo de avaliação**

O processo de avaliação obedece aos seguintes trâmites:

- a) Cada avaliador notificará os docentes cujo desempenho lhe incumbe avaliar, para, num prazo de 30 dias úteis, apresentarem os respectivos relatórios da sua actividade, um por cada ano civil, nos termos referidos no artigo 6º;
- b) Os relatórios dos docentes deverão ser por estes enviados ao Director, que os remeterá ao avaliador respectivo.
- c) O avaliador respectivo preencherá a ficha de avaliação do docente, nos termos do artigo 7º.
- d) Cada avaliador, uma vez que haja concluído as propostas de avaliação, através do preenchimento de todas as fichas de avaliação em relação aos docentes cujo desempenho lhe incumbe avaliar, agregará, em relação a cada docente, as fichas relativas a cada ano de avaliação do respectivo desempenho e remeterá as mesmas à Comissão de Avaliação de Desempenho dos Docentes, exceptuadas as propostas de avaliação a que se refere a alínea seguinte;
- e) As propostas de avaliação dos docentes que sejam membros da Comissão de Avaliação do Desempenho dos Docentes e as propostas de avaliação dos docentes que sejam avaliadores de outros docentes serão enviadas ao Director, que, com a respectiva fundamentação e demais elementos, as remeterá ao Conselho Universitário, nos termos

e para os efeitos do artigo 16º, nº2 do Regulamento de Avaliação do Desempenho dos Docentes da Universidade de Lisboa;

- f) A Comissão de Avaliação do Desempenho dos Docentes pronunciar-se-á fundamentadamente sobre as propostas de avaliação enviadas pelos avaliadores nos termos da alínea d), emitindo um projecto de decisão relativamente a cada uma; a fundamentação da decisão da Comissão de Avaliação de Desempenho dos Docentes pode ser feita por remissão para a fundamentação apresentada pelos avaliadores nas propostas de avaliação constantes das respectivas fichas de avaliação.
- g) O projecto de decisão da Comissão de Avaliação do Desempenho dos Docentes é, com a respectiva fundamentação, remetido ao avaliador respectivo, que o comunicará ao docente em causa, valendo esta comunicação como notificação para efeitos de audiência prévia; no prazo de 10 dias úteis, o docente interessado poderá suscitar questões, de acordo com os princípios e regras legais e regulamentares aplicáveis.
- h) A Comissão de Avaliação de Desempenho apreciará as eventuais questões suscitadas e aprovará a respectiva proposta de avaliação final, no prazo de 10 dias úteis.
- i) Quando a Comissão de Avaliação de Desempenho dos Docentes se houver pronunciado sobre a avaliação do desempenho de todos os docentes que lhe incumba apreciar, submeterá as respectivas propostas de avaliação final à ratificação do Conselho Científico.
- j) Uma vez ratificados pelo Conselho Científico, os resultados da avaliação de desempenho dos docentes serão remetidos ao Director, que os comunicará ao Reitor para homologação.

**Artigo 6º**  
**Relatório de actividade do docente**

1. Cada docente deverá elaborar um relatório de actividade por ano civil; nos casos em que o docente haja ingressado na Faculdade já no decurso de um ano civil objecto de avaliação, disso fará menção no seu relatório.
2. O relatório do docente deve conformar-se com o modelo de relatório constante do Anexo I às presentes “Regras”.
3. No relatório, o docente indicará o seu perfil, nos termos previstos no artigo 8º.

**Artigo 7º**  
**Ficha de avaliação**

1. A ficha de avaliação, que cada avaliador deverá preencher, deve conformar-se com o modelo de ficha de avaliação constante do Anexo II.
2. Na ficha de avaliação, o avaliador, tendo em conta o disposto nos artigos 8º e 9º, fará, fundamentadamente, uma proposta de avaliação do desempenho do docente em causa.
3. Quando o entender conveniente, o avaliador poderá convocar o avaliado, para clarificação de algum aspecto do relatório ou para algum aditamento ao relatório que saiba justificar-se.
4. O preenchimento da ficha, com a proposta de avaliação, deve estar concluído pelo avaliador no prazo de 45 dias úteis a contar da data em que lhe seja remetido o último relatório dos docentes que lhe incumbe avaliar.

## Artigo 8º

### **Vertentes de avaliação e perfil de avaliação do docente**

1. As vertentes da avaliação são Investigação, Ensino, Serviço à Universidade e Extensão Universitária, nos termos definidos nos artigos 8º e 9º do Regulamento de Avaliação do Desempenho dos Docentes da Universidade de Lisboa, referido no artigo 1º destas “Regras”.
2. Cada docente, no respectivo relatório, define o perfil que entender adequar-se melhor ao seu desempenho no ano respectivo, devendo reportar-se às vertentes de avaliação e indicar a percentagem que lhes atribui, com o limite global de 100%, dentro das margens seguintes:
  - Investigação: entre 30% a 70%
  - Ensino: entre 30% a 70%
  - Serviço à Universidade: até 30%
  - Extensão Universitária: até 30%
3. Em situações especiais, que sejam consideradas devidamente fundamentadas no relatório do docente, como, entre outras, dispensa total ou parcial de serviço docente, licença sabática ou exercício de funções em órgãos de governo da Faculdade, quando, neste último caso e em conformidade com a parte final do art. 4º, o interessado em causa opte pela avaliação do desempenho nos termos gerais, a avaliação do desempenho pode recair, de forma exclusiva ou predominante sobre qualquer uma das vertentes referidas, no número anterior, devendo o docente especificar qual ou quais as vertentes em causa, neste último caso, indicando as respectivas percentagens com o limite global de 100%.

## Artigo 9º

### **Classificação**

1. Tendo em conta os parâmetros definidos para as várias vertentes, constantes do Anexo III às presentes Regras, os avaliadores atribuem uma classificação numérica de 0 a 100 a cada vertente, resultante da soma das pontuações atribuídas nos diferentes parâmetros; no caso de a soma das pontuações atribuídas exceder 100 pontos, será este o resultado a considerar.
2. A pontuação atribuída a cada parâmetro nas diferentes vertentes pondera os aspectos quantitativo e qualitativo do desempenho do docente.
3. Sob o ponto de vista quantitativo, nas diferentes vertentes, o avaliador deverá considerar o regime de prestação de serviço (dedicação exclusiva, tempo integral ou tempo parcial) e a categoria profissional do docente avaliado, enquanto a mesma dite legalmente limites às funções e tarefas que pode desempenhar.
4. Sob o ponto de vista qualitativo, deverão ser considerados, em especial os critérios definidos pela Faculdade para avaliação e selecção ou recrutamento dos docentes com o grau académico e a categoria do docente avaliado, e, em geral, factores como qualidade e inovação pedagógicas ou científicas, actualidade, coerência interna da actividade desenvolvida, interacção da actividade entre ensino e investigação, internacionalização e cooperação e adequação face ao plano estratégico da Faculdade e da Universidade.
5. À classificação numérica de cada vertente, os avaliadores aplicam a percentagem que lhe caiba, segundo as indicações dadas pelo docente, nos termos do artigo 8º, obtendo a classificação numérica final pela soma dos valores das vertentes assim determinados.

6. A classificação numérica final obtida nos termos do número anterior é convertida em menção, que, em qualquer caso, expressa o resultado final da avaliação, de acordo com os seguintes critérios:

Excelente, entre 90 e 100

Relevante, entre 70 e 89

Suficiente, entre 50 e 69

Insuficiente, abaixo de 50

#### **Artigo 10º**

#### **Comunicações por via electrónica**

As comunicações e documentos referidos nas presentes “Regras” podem ser realizadas ou enviados por via electrónica.

#### **Artigo 11º**

#### **Disposição transitória: docentes que não se incluem nas categorias de professores**

Sem prejuízo do disposto nos artigos 4º e 9º, enquanto existirem na Faculdade docentes que não se enquadrem nas categorias de professores, no parâmetro 1 da Vertente “Ensino”, como constante do Anexo III, aplicar-se-lhes-á o nº 1.2.

#### **Artigo 12º**

#### **Disposição transitória: especialidades em relação aos anos de 2004-2007**

1. Nos termos do artigo 113º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, do nº3 do artigo 13º do Decreto-Lei nº205/2009, de 31 de Agosto, e do artigo 30º do Regulamento de Avaliação do Desempenho dos Docentes da Universidade de Lisboa, em relação aos anos de 2004 a 2007, será atribuído a cada docente um ponto por cada ano não avaliado.

2. Em conformidade com o disposto no número anterior, compete ao Director comunicar a cada docente o número de pontos atribuído.

3. Em substituição do critério definido no nº1, o interessado pode requerer, nos 15 dias seguintes à comunicação referida no nº2, a realização de avaliação por ponderação curricular, aplicando-se, nesse caso, o disposto no artigo seguinte.

#### **Artigo 13º**

#### **Disposição transitória: especialidade da avaliação do desempenho nos anos de 2008 a 2011**

1. A avaliação do desempenho dos docentes nos anos de 2008 a 2011 realiza-se por ponderação curricular.

2. A avaliação por ponderação curricular consiste numa avaliação sumária do currículo dos docentes, tendo em conta as diferentes vertentes de avaliação referidas no artigo 8º.

3. Para os efeitos da avaliação, os docentes apresentam um relatório curricular por cada ano do período de avaliação em causa, nele indicando as vertentes do desempenho respectivo, as respectivas actividades exercidas, o perfil escolhido e as percentagens atribuídas às vertentes de avaliação em conformidade com o disposto no artigo 8º.

4. Na respectiva ficha de avaliação, o avaliador, considerando os parâmetros da respectiva vertente de avaliação, atribuirá, contudo, a cada vertente, sem dependência de

pontuação de cada um dos parâmetros, uma pontuação numérica global, aplicando de seguida o estabelecido nos números 5 e 6 do artigo 9º.

5. Com as devidas adaptações, à elaboração da ficha aplicar-se-á o disposto no artigo 7º e, à tramitação do processo de avaliação, o estabelecido no artigo 5º.

#### Artigo 14º

##### **Disposição transitória: designação de avaliadores para os anos de 2008-2011 e, eventualmente, para os anos de 2004-2007**

1. Logo que, por determinação do Director, seja dado início ao processo de avaliação de 2008-2011, a Comissão de Avaliação do Desempenho dos Docentes designará os respectivos avaliadores.
2. Quando em relação aos anos de 2004 a 2007, algum docente, nos termos do nº3 do artigo 12º, requeira a avaliação por ponderação curricular, a Comissão de Avaliação do Desempenho dos Docentes designará um avaliador ou, se já houver avaliadores designados nos termos do número anterior, determinará ao avaliador designado e incumbido da avaliação do desempenho do docente em causa nos anos de 2008-2011 a respectiva avaliação por ponderação curricular também no período referente aos anos de 2004-2007.

## Declaração de voto

Votei contra a aprovação de uma deliberação favorável à proposta de Regulamento de Avaliação apresentada pelo Conselho Pedagógico fundamentalmente porque esta proposta é incoerente com os seus pressupostos, prejudica os actuais Alunos e os nossos futuros Licenciados, diminui o já escasso tempo lectivo, não garante uma avaliação rigorosa, aumenta para um número desrazoável as provas escritas por semestre, repete, em parte, uma experiência fracassada há alguns anos e não tem paralelo em nenhuma das Escolas congéneres. Entendo a aprovação da referida deliberação como expressão da situação sem rumo e sem estratégia na qual, há algum tempo, se encontra a nossa Faculdade, não tendo aquela deliberação feito mais do que apressar o declínio inevitável da nossa Escola.

M. Teixeira de Sousa

## PARECER

1. A Doutora Maria Adelaide Teles de Menezes Correia Leitão, Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, requereu, com base no disposto no art. 25.º ECDU, a sua contratação por tempo indeterminado, tendo apresentado, para esse efeito, um exemplar do seu *curriculum vitae* e um relatório da actividade científica, pedagógica e relevante para a missão da Universidade, desenvolvida desde 22 de Julho de 2008, data da sua nomeação provisória na referida categoria.

Por deliberação do Conselho Científico na formação competente, foi solicitado aos presentes relatores a apresentação de um Parecer sobre o requerimento apresentado pela Doutora Adelaide Menezes Leitão.

2. A Doutora Adelaide Menezes Leitão apresentou um completo relatório, dividido em três partes: na primeira parte é elencada a actividade científica, na segunda, é referida a actividade pedagógica da Requerente e, na terceira, a sua actividade para a missão da Faculdade.

3. Seleccionando, nas informações prestadas pela Doutora Adelaide Menezes Leitão, alguns dados mais significativos da sua actividade, há que referir o seguinte:

- No âmbito da actividade científica, destaca-se a publicação de um livro (*Normas de Protecção e Danos Puramente Patrimoniais* (2008)), de diversos artigos, de um comentário jurisprudencial, bem como a participação, em co-autoria, num comentário legislativo e como oradora em diversos eventos (alguns no estrangeiro) e, por fim, a orientação de várias teses de Mestrado;
- No domínio da actividade pedagógica, salienta-se a regência de várias Disciplinas no 1.º Ciclo e no Mestrado Científico e Profissionalizante, essencialmente na área do Direito Comercial, do Direito das Sociedades Comerciais, do Direito dos Registos e Notariado e do Direito da Insolvência, bem como a inúmera participação em júris de Mestrado, em muitos dos quais na qualidade de arguente;
- No âmbito das actividades relevantes para a missão da Faculdade, cabe salientar, além do mais, a qualidade de membro do Conselho Pedagógico, de Vice-Presidente do Instituto de Direito do Consumo e de membro de júris para a selecção de juízes.

4. A Doutora Adelaide Menezes Leitão apresenta um currículo de qualidade e tem demonstrado saber cumprir as várias funções universitárias com dedicação e proficiência. Pelo exposto, entendem os relatores que o requerimento apresentado pela Doutora Maria Adelaide Menezes Correia Leitão deve ser deferido, devendo a mesma ser contratada por tempo indeterminado.

(António Menezes Cordeiro)

(Miguel Teixeira de Sousa)

## PARECER

1. O Doutor Rui Carlos Gonçalves Pinto, Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, requereu, com base no disposto no art. 25.º ECDU, a sua contratação por tempo indeterminado, tendo apresentado, para esse efeito, um exemplar do seu *curriculum vitae* e um relatório da actividade científica, pedagógica e relevante para a missão da Universidade desenvolvida desde 24 de Julho de 2008, data da sua nomeação provisória na referida categoria.

Por deliberação do Conselho Científico na formação competente, foi solicitado aos presentes relatores a apresentação de um Parecer sobre o requerimento apresentado pelo Doutor Rui Pinto.

2. O Doutor Rui Pinto apresentou um completo relatório, dividido em três partes: na primeira parte é elencado o desempenho científico, na segunda, é referido o desempenho pedagógico do Requerente e, na terceira, a sua actividade para a missão da Universidade.

3. Seleccionando, nas informações prestadas pelo Doutor Rui Pinto, alguns dados mais significativos da sua actividade, há que referir o seguinte:

- No âmbito do desempenho científico, destaca-se a publicação de um livro (Direitos Reais de Moçambique I<sup>2</sup> (2012)) e de diversos artigos, bem como a coordenação de duas obras, a organização de vários cursos de pós-graduação e de seminários, a participação como orador em diversos eventos e ainda a orientação de várias teses de Mestrado;
- No domínio da actividade pedagógica, salienta-se a regência de várias Disciplinas no 1.º Ciclo e no Mestrado Científico e Profissionalizante, essencialmente na área do Direito Processual Civil, bem como a inúmera participação em júris de Mestrado, em muitos dos quais na qualidade de arguente;
- No âmbito das actividades relevantes para a missão da Faculdade, cabe salientar, além do mais, a função de Vice-Director da Faculdade de Direito de Lisboa e a qualidade de membro do Conselho Académico.

4. O Doutor Rui Pinto apresenta um currículo de qualidade e tem demonstrado saber cumprir as várias funções universitárias com dedicação e proficiência. Pelo exposto, entendem os relatores que o requerimento apresentado pelo Doutor Rui Carlos Gonçalves Pinto deve ser deferido, devendo o mesmo ser contratado por tempo indeterminado.

Lisboa, 26 de Junho de 2013

(António Menezes Cordeiro)

(Miguel Teixeira de Sousa)

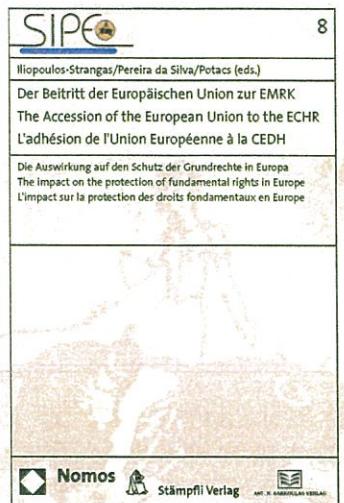
Nº Proc.	Nome	Entrada	Fim de estudo	Nacionalidade	Pais ou Cida	Exame	Exame	Vota	Precisa	Auta do S.C.
094/S/13	Elizete Galindo		01-04-2013	Não	Brasil					
093/S/13	Tatiana da Silva a Francisco		18-03-2013	Não	Brasil	Brasil	P/C/C	Não		

Repetição de exame: caso um aluno reprove no 1º exame, poderá repetir o mesmo desde que não seja no mesmo ano letivo (ver processo de eq. de Mano Luisa da Silva Pereira de 1997).

## Equivalência para nota

# The Accession of the European Union to the ECHR

## The impact on the protection of fundamental rights in Europe



### Der Beitritt der Europäischen Union zur EMRK – The Accession of the European Union to the ECHR – L'adhésion de l'Union Européenne à la CEDH

Die Auswirkung auf den Schutz der Grundrechte in Europa –  
The impact on the protection of fundamental rights in Europe –  
L'impact sur la protection des droits fondamentaux en Europe

Edited by Prof. Dr. Julia Iliopoulos-Strangas,  
Prof. Vasco Pereira da Silva and Prof. Dr. Michael Potacs

2013, 315 pp., pb., € 59.00, ISBN 978-3-8487-0620-4

(Societas Iuris Publici Europaei (SIPE), vol. 8)

[www.nomos-shop.de/21214](http://www.nomos-shop.de/21214)

The Societas Iuris Publici Europaei (SIPE) held its Eighth Congress in 2011 in Lisbon. The Eighth Congress followed Congresses at Crete, Rome, Vienna, Göttingen, Sevilla, Budapest and Strasbourg. Its central theme was "The Accession of the European Union to the European Convention of Human Rights".

As is well known, the issue of the EU Accession to the European Convention on Human Rights is not a new one. It has been often debated among scholars and politicians. While the Commission endorsed the accession in many instances, the ECJ argued in its opinion of 28 March 1996 that accession could be brought only by way of Treaty amendment.

The multi-layered and complicated issues of the EU accession to the ECHR and its importance for the human rights protection in Europe were discussed intensively by experts of both a theoretical and practical background for two days in Lisbon.

The present volume puts the revised versions of these presentations along with the contributions presented in the „Workshop of Junior Scholars“, a forum, where qualified young academics present and discuss their own papers within the theme of the Congress. The contributions are published in the respective language used for each presentation, which may be one of the three „official“ SIPE languages, namely English, French and German.

### Order form

To order please visit [www.nomos-shop.de](http://www.nomos-shop.de), fax (+49) 7221/2104-43 or contact your local bookstore.



978-3-8487-0620-4

Iliopoulos-Strangas | Pereira da Silva | Potacs  
The Accession of the European Union to the ECHR

€ 59.00

Name:

Company / Institution:

Address:

Date, Signature

This order can be cancelled within fourteen-days without giving reasons. Simply send your written cancellation within the given period to:  
Verlagsauslieferung, In den Lisen 12, 76547 Sinzheim, Germany or to your book shop. A cancellation binds you to return the items. All costs  
and risks of return are payable by the addressee.



**Nomos**

# Der Beitritt der Europäischen Union zur EMRK

## Die Auswirkung auf den Schutz der Grundrechte in Europa



### Der Beitritt der Europäischen Union zur EMRK – The Accession of the European Union to the ECHR – L'adhésion de l'Union Européenne à la CEDH

Die Auswirkung auf den Schutz der Grundrechte in Europa –  
The impact on the protection of fundamental rights in Europe –  
L'impact sur la protection des droits fondamentaux en Europe

Herausgegeben von Prof. Dr. Julia Iliopoulos-Strangas,  
Prof. Vasco Pereira da Silva und Prof. Dr. Michael Potacs

2013, 315 S., brosch., 59,- €, ISBN 978-3-8487-0620-4

(Societas Iuris Publici Europaei (SIPE), Bd. 8)

[www.nomos-shop.de/21214](http://www.nomos-shop.de/21214)

Nach Kreta, Rom, Wien, Göttingen, Sevilla, Budapest und Straßburg, den Austragungs-orten der bisherigen Kongresse, hat die Societas Iuris Publici Europaei (SIPE) ihren Achten Kongress 2011 in Lissabon mit dem Thema „Der Beitritt der Europäischen Union zur EMRK“ veranstaltet.

Bekanntlich ist die Frage des Beitritts der Europäischen Union zur EMRK nicht neu. Sie stand mehrmals in Wissenschaft und Politik zur Debatte. Während die Kommission in mehreren Anläufen für den Beitritt geworben hatte, erteilte dem EuGH eine rechtliche Absage. Er vertrat in seinem diesbezüglichen Gutachten 1996 die Meinung, es bedürfe einer Änderung der Verträge, um einen etwaigen Beitritt herbeiführen zu können.

Die vielschichtigen und komplizierten Fragen des Beitritts der Europäischen Union zur EMRK und dessen Bedeutung für den Grundrechtsschutz in Europa wurden zwei Tage lang in Lissabon von Fachleuten aus Theorie und Praxis lebhaft diskutiert.

Der vorliegende Band enthält die schriftliche, überarbeitete Fassung der in Lissabon gehaltenen Referate zusammen mit den Beiträgen aus dem „Atelier Junger Wissenschaftler“, ein Forum, auf dem qualifizierte Nachwuchswissenschaftler zu dem Tagungsthema eigene Referate beisteuern und diskutieren. Die Referate sind in der beim Vortrag jeweils verwendeten Sprache – stets eine der drei „offiziellen“ SIPE-Sprachen, d.h. deutsch, englisch und französisch – abgedruckt.

### Bestellschein

Bestellen Sie jetzt telefonisch 07221/2104-37, per Fax 07221/2104-43, per E-Mail [vertrieb@nomos.de](mailto:vertrieb@nomos.de) oder im Buchhandel.

Portofreie Buch-Bestellungen unter [www.nomos-shop.de](http://www.nomos-shop.de)



978-3-8487-0620-4

Iliopoulos-Strangas | Pereira da Silva | Potacs  
Der Beitritt der Europäischen Union zur EMRK

59,- €

Name, Vorname:

Tätigkeitsschwerpunkt:

Firma, Institution:

Tel.-Nr. für Rückfragen:

Straße:

E-Mail:

Ort:

Ich bin damit einverstanden, dass ich über interessante Produkte per E-Mail oder telefonisch informiert werde.

Datum, Unterschrift:

Sie haben das Recht, die Ware innerhalb von 14 Tagen nach Lieferung ohne Begründung an Ihre Buchhandlung oder an die Verlagsauslieferung, In den Lissen 12, 76547 Sinzheim zurückzusenden. Bitte nutzen Sie bei Rücksendungen den kostenlosen Abholservice. Ein Anruf unter Tel. 07221/2104-37 genügt. Alle Preise inkl. MwSt. zuzüglich Vertriebskosten. Bei Online-Bestellung inklusive Vertriebskosten.



**Nomos**



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa  
Instituto de Cooperação Jurídica

## INTERNATIONAL LAW ASSOCIATION REGIONAL CONFERENCE

LISBON UNIVERSITY LAW SCHOOL, 10/12 SEPTEMBER 2014

**TOWARDS A UNIVERSAL JUSTICE?**

**PUTTING INTERNATIONAL COURTS AND JURISDICTIONS INTO PERSPECTIVE**

### PRESENTATION

*The recent proliferation of international courts and jurisdictions raises a number of important issues concerning the coherence of the international legal order in this respect. One may, inter alia, ask: a) To what extent do the jurisdictional powers of these courts overlap? b) How can they assist each other? c) Is the case-law of each of those courts of any use in the other court's opinions? d) Do they abide by identical rules in matters of procedure? The Portuguese branch of the International Law Association will organize in September 2014 a regional conference addressing these issues. The conference will include as speakers well-known judges and scholars, several of which from Portuguese-speaking countries around the world, such as Angola, Brazil and Cape Verde. And it will also give young researchers the opportunity of presenting their papers. The conference will be hosted by the Law School of the University of Lisbon, Portugal's largest institution of legal education and research.*

### PROGRAM – DRAFT 5

#### 10 SEPTEMBER 2014

18h00 – REGISTRATION OF PARTICIPANTS

19h00 – WELCOME RECEPTION

#### 11 SEPTEMBER 2014

##### 9H30/10H00 – OPENING SESSION

Dean of the Lisbon University Law School

The Lord Mance, Chairman of the International Law Association

Manuel de Almeida Ribeiro, President of the Portuguese Branch of the International Law Association

Opening Address: José Manuel Durão Barroso, President of the European Commission

**SESSION 1 – 10h00/11H30 – THE GROWING ROLE OF INTERNATIONAL COURTS AND JURISDICTIONS: THE PERMANENT COURT OF INTERNATIONAL JUSTICE, THE INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE, AND BEYOND**

Chair: Justice Rüdiger Wolfrum (International Tribunal for the Law of the Sea; Max-Planck Institut For Comparative Public Law and International Law)

Panelist: Justice Cançado Trindade (International Court of Justice)

Presentation of papers

**11H30/12H00 – Coffee-break**

**SESSION 2 – 12H00/13H30 – THE INTERNATIONAL TRIBUNAL FOR THE LAW OF THE SEA**

Chair: Professor Joaquim Marques de Oliveira (School of Law of the Agostinho Neto University, Angola)

Panelist: Justice José Luís Jesus (International Tribunal for the Law of the Sea)

Presentation of papers

**13H30/14H30 – LUNCHEON**

**SESSION 3 – 14H30/16H00 – THE COURT OF JUSTICE OF THE EUROPEAN UNION**

Chair: Professor Fausto de Quadros (Lisbon University Law School)

Panelist: Justice José Luís da Cruz Vilaça (Court of Justice of the European Union)

Presentation of papers

**16H00/16H30 – Coffee-break**

**SESSION 4 – 16H30/18H00 –THE EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS**

Chair: Justice Ireneu Cabral Barreto (European Court of Human Rights)

Panelist: Justice Paulo Pinto de Albuquerque (European Court of Human Rights)

Presentation of papers

## **12 SEPTEMBER 2014**

### **SESSION 5 – 9H30/11H00 – DISPUTE RESOLUTION MECHANISMS CONCERNING INTERNATIONAL TRADE AND INVESTMENT, IN PARTICULAR WITHIN WTO AND ICSID**

Chair: Professor Dário Moura Vicente (Lisbon University Law School)

Panelist: Professor Albert Jan van den Berg (Erasmus University Rotterdam)

Presentation of papers

### **11H00/11H30 – Coffee-break**

### **SESSION 6 – 11H30/13H00 – INTERNATIONAL COMMERCIAL ARBITRATION**

Chair: Professor António Menezes Cordeiro (Lisbon University Law School)

Panelist: Professor Emmanuel Gaillard (Sciences Po, Paris)

Presentation of papers

### **13H00/14H00 – LUNCHEON**

### **SESSION 7 – 14H00/15H30 – INTERNATIONAL INSPECTION AND CONTROL MECHANISMS**

Chair: Professor Eduardo Paz Ferreira (Lisbon University Law School)

Panelist: Justice José Cunha Rodrigues (UEFA Financial Control Body)

Presentation of papers

### **15H30/16H00 – Coffee-break**

### **SESSION 8 – 16H00/17H30 – SPECIFIC PROBLEMS RAISED BY PROCEEDINGS BEFORE INTERNATIONAL COURTS AND TRIBUNALS: ACCESS OF INDIVIDUALS AND COUNTERCLAIMS**

Chair: Professor José Pina Delgado (Institute for Legal and Social Sciences of Cape Verde)

Panelist: Professor Eduardo Correia Baptista (Lisbon University Law School)

Presentation of papers

**17H30/18H30 – CLOSING SESSION**

Closing Address: Professor Marcel M. T. A. Brus (Director of Studies, ILA)  
Chairman, Scientific Council of the Lisbon University Law School  
Congress Coordinator

**20H30M – CLOSING DINNER**

**13 SETEMBER 2014**

**SOCIAL PROGRAM**



# I CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DOS CONTRATOS

(CIVIS, BANCÁRIOS, SEGUROS, PÚBLICOS E INTERNACIONAIS)

EM PARCERIA ENTRE A FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA E O  
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E JURÍDICAS DE CABO VERDE

Cidade da Praia

2013/2014

Coordenadores:

Prof. Doutor Dário Moura Vicente (FDUL)

Prof.ª Mestre Yara Miranda (ISCJS)

## MÓDULOS:

- I Módulo  
*Teoria Geral dos Contratos*  
De 11 a 15 de Novembro de 2013
- II Módulo  
*Contratos Civis*  
De 9 a 13 de Dezembro de 2013
- III Módulo  
*Contratos Bancários*  
De 13 a 17 de Janeiro de 2014
- IV Módulo:  
*Contrato de Seguro*  
De 10 a 14 de Fevereiro de 2014
- V Módulo  
*Contratos Públicos*  
De 10 a 14 de Março de 2014
- VI Módulo  
*Contratos Internacionais*  
De 07 a 11 de Abril de 2014

## PROGRAMAS DOS MÓDULOS E DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇO DOCENTE

### I Módulo

#### *Teoria Geral dos Contratos*

De 11 a 15 de Novembro de 2013

**Regente: Prof.ª Doutora Adelaide Menezes Leitão**

**Seminário:** Contratação por via electrónica

Dr. Simão Monteiro, Jurista e Professor Convidado do ISCJS

### II Módulo

#### *Contratos Civis*

De 9 a 13 de Dezembro de 2013

1- Compra e Venda

Docente: Dra. Yara Miranda, Doutoranda em Direito e Professora Assistente Graduada

2- Empreitada

Docente: Dr. Rui Figueiredo, Doutorando em Direito e Professor Assistente Graduado do  
ISCJS

3- Mandato

Docente: Dr. Geraldo da Cruz Almeida – Mestre em Direito e Professor Assistente  
Graduado do ISCJS

4- Arrendamento

Docente: Dr. Rui Figueiredo, Doutorando em Direito e Professor Assistente Graduado do  
ISCJS

5- **Seminário:** A natureza do prazo (relativo ou absoluto) nos contratos-promessa de compra  
e venda e as cláusulas resolutivas

Dr. Geraldo da Cruz Almeida – Mestre em Direito e Professor Assistente Graduado do  
ISCJS

### **III Módulo**

#### ***Contratos Bancários***

**De 13 a 17 de Janeiro de 2014**

**1. Depósito Bancário**

Docente: Dra. Yara Miranda, Doutoranda em Direito e Professora Assistente Graduada

**2. Mútuo e outros Contratos de Crédito Bancário**

Docente: Dr. António Gonçalves, Mestre em Direito e Professor Assistente Graduado

**3. Contrato de Locação Financeira**

Docente: Dra. Yara Miranda, Doutoranda em Direito e Professora Assistente Graduada

**4. Garantias Bancárias**

Docente: Dr. António Gonçalves, Mestre em Direito e Professor Assistente Graduado do ISCJS

**5. Seminário: Convenção de Cheque**

Dra. Raquel Medina, Advogada e ex-Jurista do Banco de Cabo Verde

### **IV Módulo:**

#### ***Contrato de Seguro***

**De 10 a 14 de Fevereiro de 2014**

**Regente: Prof. Doutor Pedro Romano Martinez**

**Seminário: Seguro de caução no âmbito do Contrato de Empreitada**

Dr. Victor Osório, Advogado e Jurista da Garantia (Seguradora)

### **V Módulo**

#### ***Contratos Públicos***

**De 10 a 14 de Março de 2014**

**1- A fase pré-contratual**

Docente: Dr. Idalécio Santos, Mestre em Direito e Professor Convidado do ISCJS

**2- Contrato de Empreitada de Obras Públicas**

Docente: Dr. Idalécio Santos, Mestre em Direito e Professor Convidado do ISCJS, e Dr. Mário Jorge de Menezes, Advogado

**3- Contrato de Concessão**

Docente: Dr. Mário Silva, Mestre em Direito e Professor Assistente Graduado do ISCJS

**4- As Parcerias Público-Privadas**

Docente: Dra. Liriam Delgado, Mestre em Direito e Professora Assistente Graduada do ISCJS

**5- Seminário: Os Contratos Fiscais**

Dra. Maria da Luz Pina Gomes, Jurista da DGCI e Coordenadora da Equipa de Reforma Fiscal

**VI Módulo**

***Contratos Internacionais***

De 07 a 11 de Abril de 2014

**Regente: Prof. Doutor Luís de Lima Pinheiro**

**Seminário: Contratos entre Estados e Particulares no Direito Cabo-Verdiano**

Dr. Carlos Veiga, Advogado e antigo Primeiro-Ministro de Cabo Verde

**CONDIÇÕES GERAIS DO CURSO**

**1. Destinatários:** O Curso destina-se a licenciados em Direito, Economia, Gestão e áreas afins, bem como a profissionais que exercem actividade nos Bancos, nas Seguradoras, nos departamentos jurídicos de Empresas ou Instituições Públicas.

**2. Estatuto, duração e carga horária do Curso:** O Curso terá o estatuto de Curso Pós-graduado. Decorrerá de 11 de Novembro de 2013 a 11 de Abril de 2014 e terá um total de 60 horas.

**3. Horário:** As aulas serão ministradas no horário pós-laboral, das 18:30 às 20:30 horas, de Segunda a

Sexta-feira, de acordo com o calendário escolar vigente no ISCJS.

**4. Inscrições:** As inscrições deverão ser feitas entre 1 e 31 de Outubro de 2013, no ISCJS, de Segunda a Sexta-feira, das 15:00 às 18:00 horas, no Gabinete dos Serviços de Cooperação e Estudos Pós-graduados.

**5. Certificado:** o Curso garante a entrega de um certificado de frequência passado pelas duas Instituições. Será emitido no final na realização dos módulos mediante frequência de 75 % das aulas e o pagamento do Curso na totalidade.